



## Identificação e abrangência das ações de combate à pobreza rural e de eventuais limitações de ações

Belo Horizonte  
Outubro de 2017

GOVERNADOR

Fernando Damata Pimentel

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Helvécio Miranda Magalhães Júnior

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Roberto do Nascimento Rodrigues

Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa

Bernardo da Mata Machado

Diretoria de Estatística e Informações

Júnia Santa Rosa

Diretoria de Informação Territorial e Geoplataformas

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

Josiane Vidal Vimieiro

Diretoria de Políticas Públicas

Roberto do Nascimento Rodrigues (em exercício)

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Letícia Godinho de Souza

Assessoria de Comunicação Social

Olívia Bittencourt

SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Sedese)

Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Rosilene Cristina Rocha

Secretária de Estado Adjunta

Karla França

IDENTIFICAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DE COMBATE À POBREZA RURAL E  
DE EVENTUAIS LIMITAÇÕES DE AÇÕES

Contrato de Prestação de Serviços n. 9074996/2016, celebrado entre Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedese) e a Fundação João Pinheiro (FJP), para realização de diagnóstico acerca da população rural em situação de vulnerabilidade social e das políticas, programas, projetos e ações voltados ao combate à pobreza rural.

F9811 Fundação João Pinheiro.

Identificação da abrangência das ações de combate à pobreza rural e de eventuais limitações de ações/ Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

57 p.: il.

Inclui bibliografia: 57

1. Pobreza rural – Minas Gerais. 2. Demografia – Minas Gerais. 3. Programa social – Minas Gerais. 4. Políticas públicas – Minas Gerais. I. Título.

339.12 (815.1)

IDENTIFICAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES DE COMBATE À POBREZA RURAL E  
DE EVENTUAIS LIMITAÇÕES DE AÇÕES

Belo Horizonte  
Outubro de 2017

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Alameda das Acácias, 70  
São Luiz  
Belo Horizonte – MG  
CEP 31275.150  
Telefones: (31)3448.9580 e 3448-9561  
Email: [comunicacao@fjp.mg.gov.br](mailto:comunicacao@fjp.mg.gov.br)  
Site: <http://www.fjp.mg.gov.br>

## EQUIPE TÉCNICA

### COORDENAÇÃO

Roberto do Nascimento Rodrigues

### COLABORAÇÃO

Alane Barbosa	(FJP)
Andréia Ramos Budaruiche	(FJP)
Carolina Portugal Gonçalves da Motta	(FJP)
Karina Rabelo Leite Marinho	(FJP)
Murilo Cássio Xavier Fahel	(FJP)
Maria José Nogueira	(FJP)

Douglas Sathler

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

### ESTAGIÁRIO

Emerson Dutra





## LISTA DE SIGLAS

Acessuas	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BPC	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
Cad Único	Cadastro Único para Programas Sociais
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Coponor	Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A
Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais.
Comsea	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CNDI	Conselho Nacional de Direitos do Idoso
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
EFAs	Escolas Estaduais Famílias Agrícolas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FJP	Fundação João Pinheiro
Fucam	Fundação Educacional Caio Martins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idene	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPH	Índices de Pobreza Humana
LEC	Educação no Campo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
Mapasan	Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PIB	Produto Interno Bruto
Plansab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSR	Plano Nacional de Saneamento Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Políticas, planos e programas
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SEDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEE-MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
Sedese-MG	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais
Sedinor	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais
Servas	Serviço Voluntário de Assistência Social
Sisvan	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UAI	Unidade de Atendimento Integrado
UCs	Unidades de Conservação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>13</b>
2.1 A dinâmica da pobreza: uma análise temporal.....	17
2.2 O marco lógico e a construção de metodologias pressupostos e avaliações de políticas públicas.....	18
2.3 A importância de uma abordagem intersetorial das políticas de combate à pobreza no campo.....	21
<b>3 ABORDAGEM INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA NO CAMPO .....</b>	<b>23</b>
3.1 Trabalho e renda.....	23
3.2 Segurança alimentar .....	27
3.3 Educação.....	33
3.4 Habitação saneamento e acesso à água.....	39
3.5 Saúde.....	45
3.6 Assistência social e acesso a serviços (juventude) .....	48
3.7 Assistência social e acesso a serviços (idosos).....	52
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A pobreza apreendida sob uma perspectiva unidimensional geralmente trata de situações de insuficiência de renda que, por sua vez, limitam o acesso a bens e serviços tidos como fundamentais, em um contexto de mercado. Os estudos multidimensionais abordam o conceito de pobreza de maneira mais ampla, considerando suas múltiplas interfaces com variáveis econômicas, culturais e socioambientais.

A construção conceitual de pobreza deve abranger situações de vulnerabilidade, ainda que não diretamente associadas a rendimentos econômicos que, por sua instância, se manifestam numa série de aspectos, a exemplo dos diferenciais nos padrões de fecundidade, na atenção e nos cuidados com as crianças, adolescentes, jovens e idosos, na dependência demográfica, na segurança alimentar ou nos padrões de mortalidade e morbidade. O analfabetismo e a dificuldade de acesso à escolaridade formal e à qualificação profissional. por sua vez, também são dimensões relevantes para a conceituação de pobreza, bem como para o acesso ao trabalho (disponibilidade de emprego, a qualidade e produtividade dos postos de trabalho disponíveis) e as condições habitacionais (propriedade formal do imóvel, capacidade de abrigo, acesso à água, ao esgotamento sanitário, à coleta de lixo, à eletricidade e a bens duráveis).

Diante dessa multiplicidade de questões de interesse, os estudos unidimensionais, focados essencialmente nas análises de renda, não são capazes de orientar políticas públicas mais assertivas para o combate à pobreza.

Abordar a pobreza em uma perspectiva multidimensional implica na obtenção de medidas escalares para seu dimensionamento, de modo a ordenar situações sociais diversas, a exemplo dos Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2), desenhados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em meados da década de 1990. Mensurações dessa natureza permitem análises mais apuradas das condições de pobreza, a partir da qualificação de suas diversas dimensões, além de uma melhor avaliação de impacto de programas sociais.

Este documento se insere no contexto de discussões a respeito dessas diferentes dimensões de pobreza, particularmente suas manifestações em ambientes rurais, que resguardam especificidades significativas. Trata-se da parte final das atividades que compõem o projeto “Situação da Pobreza Rural nos Municípios dos Territórios do Norte, Mucuri, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce do Estado de Minas Gerais”, que objetiva subsidiar ações de enfrentamento à pobreza rural desenvolvidas por diferentes secretarias de estado, organizadas pela Secretaria de Estado de Trabalho e

Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG). As análises apresentadas neste estudo buscam sistematizar e sobrepor informações sobre as ações programadas de combate à pobreza rural em Minas Gerais com o panorama traçado por meio de indicadores sintéticos que detalham a situação de potenciais públicos-alvo para políticas públicas.

Este estudo aborda os seguintes eixos: trabalho e renda, educação, habitação saneamento e acesso à água, à saúde, à segurança alimentar, à assistência social e acesso aos serviços. Primeiramente, na seção **2**, apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho e discute-se a relevância da definição de marcos lógicos para as políticas públicas, ressaltando-se a necessidade de melhor divulgação e acompanhamento das ações do Estado. Na seção **3**, o estudo traz uma coleção de levantamentos que sintetizam os principais achados desta pesquisa, privilegiando a articulação das políticas desenhadas para o combate à pobreza no estado de Minas Gerais com as informações relevantes levantadas por meio de mapeamento e análise de indicadores. As considerações finais estão na seção **4** e as referências se encontram no final.

## 2 METODOLOGIA

O projeto “Situação da Pobreza Rural nos Municípios dos Territórios do Norte, Mucuri, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce do Estado de Minas Gerais” buscou o desenvolvimento de três produtos específicos.

O primeiro deles, denominado “Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural”, descreveu as principais características da população mineira alvo de políticas públicas de combate à pobreza rural, explorando temáticas tais como escolaridade, renda, tipo e acesso ao trabalho, posse de terra, acesso a serviços, à segurança nutricional, à assistência social, à saúde e aos equipamentos gerados por políticas de combate à pobreza já existentes. Buscou, também, arrolar as principais ações de combate à pobreza rural no estado de Minas Gerais. Essa análise exploratória revelou que informações sobre metodologias, recursos, marcos lógicos, pressupostos e avaliações das políticas não foram amplamente divulgadas para o público em geral. Importa destacar a pertinência da disponibilidade de informações dessa natureza, acerca de políticas públicas, assim como afirmar as limitações importantes geradas pela ausência desses dados.

O segundo produto, “Levantamento Conceitual e Analítico da Pobreza Rural em suas Múltiplas Dimensões”, teve como objetivo a construção de um relatório base de marcos conceituais, a partir das referências obtidas em trabalhos acadêmicos, diagnósticos e avaliações acerca da temática proposta. O objetivo foi a confecção de um relatório que apresentou, de maneira sucinta, as discussões conceituais e práticas mais recentes acerca da pobreza no campo. Os enfoques conceituais que nortearam esse produto foram delimitados a partir do diagnóstico anteriormente mencionado.

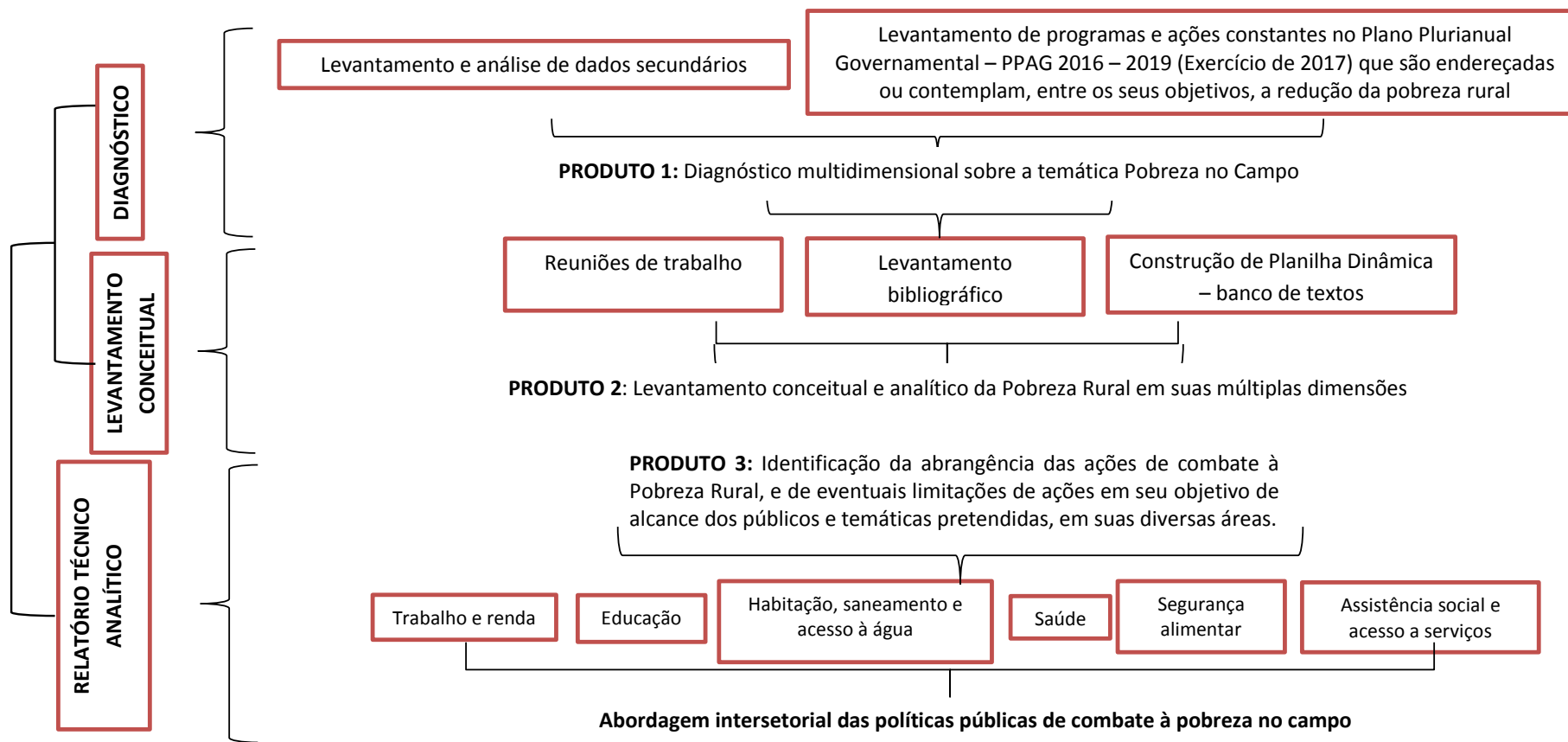
Finalmente, o presente documento constitui o terceiro produto do projeto, “Identificação da Abrangência das Ações de Combate à Pobreza Rural, e de Eventuais Limitações de Ações”, que tem como objetivo identificar a abrangência das políticas públicas e, também, a adequação dessas políticas, ressaltando suas potencialidades e eventuais limitações.

Todas as análises dizem respeito aos 229 municípios que compõem os territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Vale do Rio Doce, mais especificamente as zonas rurais dos municípios acima de 20 mil habitantes, e o conjunto rural e urbano dos municípios com populações inferiores a 20 mil habitantes. Na figura 1 apresenta-se o diagrama que sintetiza o desenho do estudo.





Figura 1: Diagrama da estrutura metodológica do projeto Situação da Pobreza Rural nos Municípios dos Territórios do Norte, Mucuri, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce do Estado de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria.



## 2.1 A dinâmica da pobreza: uma análise temporal

A literatura científica sobre a pobreza está essencialmente focada apenas no aspecto estático desse fenômeno, buscando identificar indivíduos ou domicílios pobres num determinado ano e no apontamento dos aspectos que diferenciam pobres e não pobres. Entretanto, essa abordagem compreende aspectos relevantes relacionados à evolução das coortes de indivíduos, ou seja, conjunto de pessoas que têm em comum um evento que se iniciou no mesmo período, mesmo não incluindo análises sobre as variações de pobreza e não pobreza ao longo da vida. Já o estudo da dinâmica da pobreza traz contribuições significativas pois insere o componente temporal nas análises. De maneira geral, a dinâmica da pobreza examina eventos de entrada e saída do estado de privação.

Nessa abordagem, a pobreza é dividida em duas categorias principais: crônica e transitória. A primeira consiste na permanência do indivíduo em situação de privação em todos os pontos do tempo em determinado corte temporal, enquanto a segunda é utilizada para aquele que apresenta transições entre a pobreza e a não pobreza ao longo do mesmo período. (COSTA, 2015, p. 16)

Na análise da dinâmica da pobreza busca-se explorar a mobilidade de indivíduos ou domicílios nas situações de privação ao longo do tempo (entrada, estabilidade e saída). Nessa perspectiva, a ideia de pobreza crônica está associada àquele indivíduo que apresenta um estado de privação superior a cinco anos (HULME; SHEPHERD, 2003). Os trabalhos apresentam algumas categorizações: o indivíduo “sempre pobre” se encontra abaixo da linha de pobreza durante todo o período de referência de uma determinada pesquisa. O “usualmente pobre” se encontra, na média, abaixo da linha de pobreza, embora numa perspectiva temporal apresente momentos em que se encontra acima desse parâmetro. O “instavelmente pobre” apresenta uma condição de pobreza e não pobreza flutuante ao longo do período analisado. Já o “às vezes pobre” apresenta, na média, situação superior à linha pobreza, podendo se encontrar em condições abaixo desse parâmetro em determinados períodos dentro do espectro temporal analisado. O “nunca pobre” e o “sempre pobre” estiveram, respectivamente, acima e abaixo da linha de pobreza em todo o período. A existência dessas categorias sugere que a pobreza é um fenômeno complexo e que o aspecto temporal é essencial em análises mais aprofundadas.

Ademais, destaca-se a carência de bases de dados que permitem análises de coorte, uma vez que boa parte das principais pesquisas que trazem informações indispensáveis para a compreensão da pobreza trabalha apenas numa perspectiva de período, definindo pontos fixos no tempo para a coleta de dados e para a produção de informações. No entanto,

*surveys* e levantamentos de dados na escala local podem trazer elementos essenciais para ampliar estas discussões.

Este documento procura organizar o tratamento da discussão sobre pobreza a partir de uma diversidade de discussões conceituais e informações quantitativas analisadas no Produto 1, estruturando conceitos centrais relativos a trabalho e renda, educação, habitação, saneamento e acesso à água, à saúde, à segurança alimentar, à assistência social e aos serviços. Tais perspectivas de caracterização e marco analítico devem permitir a identificação da abrangência das ações de combate à pobreza rural e de eventuais limitações de ações, por meio da análise cruzada de informações de dados secundários.

## **2.2 O marco lógico e a construção de metodologias pressupostos e avaliações de políticas públicas**

O reconhecimento dos limites dos mercados como reguladores naturais das ações coletivas, e do Estado como um “mediador civilizador”, coloca as políticas públicas como respostas centrais às mais diversas demandas que emergem da sociedade. Às estruturas e formas organizacionais que representam agências do Estado, passam a ser demandados melhores procedimentos de avaliação, maior transparência nos processos e na divulgação dos impactos de ações, além de formatos organizacionais mais flexíveis.

Nesse sentido, a realização de pesquisas aplicadas surge como um relevante meio para a identificação da utilidade de uma intervenção pública, da delimitação do papel do setor público na sociedade e para um debate mais qualificado sobre o emprego dos recursos de natureza coletiva.

A análise de políticas públicas deve levar em consideração as diferentes fases de conformação de programas e ações. Assim, um desenho satisfatório de políticas deve perpassar as seguintes etapas específicas:

- a) detecção dos problemas e necessidades por meio da elaboração de um diagnóstico;
- b) inclusão dos problemas identificados na agenda da administração pública;
- c) desenho de um plano de ação (definição de ações e instrumentos);
- d) execução do programa;
- e) avaliação das ações implementadas.

Essas etapas devem ser vistas não de maneira estanque, mas dinâmica, de modo que a avaliação, por exemplo, possa se dar em diferentes fases, desde o desenho até a implementação e o impacto das ações e a detecção de problemas. Com isso, políticas

públicas podem ser revistas, ou até mesmo reorientadas, conforme o resultado dos processos avaliativos.

Um instrumento bastante útil para o desenho de ações e para o processo de avaliação é o marco lógico das políticas. Trata-se de uma ferramenta que explicita a lógica e a racionalidade de uma intervenção, minimizando riscos, aumentando a clareza de objetivos e resultados pretendidos, bem como estabelecendo consenso entre os atores participantes acerca do desenho da avaliação e interpretação de seus resultados. Tal instrumento permite também incorporar incertezas e complexidades ambientais.

Sua apresentação se dá sob a forma de uma cadeia de conexões, ou matriz, referenciada por objetivos e metas, em que são definidos os indicadores e seus meios de verificação. São as seguintes as etapas para a construção de um marco lógico:

- a) diagnóstico;
- b) definição de público-alvo;
- c) estabelecimento de condições para mensuração dos resultados;
- d) desenho de meios e alternativas de intervenção;
- e) hierarquia de objetivos (árvore de problemas, árvore de objetivos);
- f) avaliação e gestão.

O diagnóstico busca identificar determinado problema, de natureza pública, e seu valor social, ou seja, sua pertinência para uma dada coletividade. O estabelecimento de uma determinada intervenção é possível a partir da identificação da questão a ser resolvida, sua caracterização e análise de suas causas. O diagnóstico implica, também, na identificação dos diversos atores envolvidos, direta ou indiretamente, com a área temática afeita à intervenção (análise dos interessados), e no estabelecimento de relações de causalidade entre os elementos relacionados ao problema identificado (árvore de problemas), hierarquizando causas e fornecendo, assim, uma estrutura lógica da questão.

A definição do público-alvo, por sua instância, busca identificar os indivíduos, grupos, regiões ou instituições potencialmente alvo de intervenções, de modo a focalizar ações, sobretudo em um contexto de recursos escassos, incrementando seus impactos. Define, também, a cobertura das ações, delineando e mensurando a população afetada e a população postergada, focos da ação.

O estabelecimento de condições para a mensuração dos resultados define os objetivos mais específicos da intervenção e os modos e indicadores por meio dos quais serão mensurados.

As relações causais estabelecidas pela árvore de problemas tornam-se objetivos de ação, sendo necessário o estabelecimento de um marco conceitual, ou seja, uma perspectiva teórica explicativa dos fenômenos sociais relacionados à intervenção. Os problemas aos quais são correspondidas ações devem ser definidos de maneira objetiva, permitindo a mensuração e o acompanhamento.

O desenho de meios e alternativas de intervenção diz respeito às alternativas para enfrentamento do problema a partir dos meios, organizados logicamente, ou seja, trata-se da intervenção propriamente dita. A escolha das alternativas de ação deve levar em conta critérios de eficácia e eficiência, além de prazos e riscos envolvidos.

Os objetivos de políticas públicas deverão ser hierarquizados e são intenções que se concretizam a partir dos produtos gerados por elas, ou por seus componentes, isto é, os bens gerados pelas ações. Esses produtos deverão ser definidos no desenvolvimento do marco lógico, sendo posteriormente mensurados na fase de avaliação, sempre associados aos recursos necessários.

Finalmente, o enfoque da avaliação, ou a avaliação e gestão por resultados, é a matéria-prima do processo de gestão, uma vez que políticas públicas não são finalidades em si mesmas. Sem caráter punitivo, a avaliação deve afetar todo o processo de implementação das ações.

Conhecer o marco lógico das políticas de pobreza permite, por tudo o que foi mencionado a respeito desse instrumento, um conhecimento mais aprimorado dos fenômenos analisados. Este documento tem como objetivo a identificação de abrangência das políticas públicas afeitas à pobreza no campo no estado de Minas Gerais. Ou seja, procura sobrepor informações relativas ao público-alvo potencial de ações de combate à pobreza rural e informações referentes às ações propriamente ditas, de modo a conhecer em que medida as ações e políticas analisadas foram desenhadas e implementadas em consonância com a realidade empírica a elas concernentes, conforme estabelecida em plano de trabalho original. No entanto, programas desenhados com enfoque nos processos dificultam a avaliação ao não apresentar um marco lógico claro. Diante da inexistência do instrumento de desenho ou da dificuldade de acesso aos marcos lógicos das políticas, não foi possível a sobreposição de todas as informações concernentes às políticas, o que limitou a abrangência das conclusões aqui estabelecidas. Diante disso, recomenda-se a construção e a ampla divulgação de marcos lógicos e conceituais das políticas públicas, quando for o caso, de modo a se obter descritores para avaliação, identificação numérica e espacial de públicos-alvo, entre outras informações. Do modo como foram desenhadas, as políticas

apresentam públicos difusos, objetivos pouco específicos, e, portanto, não mensuráveis ou operacionalizáveis de maneira suficiente.

### **2.3 A importância de uma abordagem intersetorial das políticas de combate à pobreza no campo**

Frente às transformações do mundo atual e à complexidade dos problemas sociais para além dos limites das formas hegemônicas de intervenção, Feuerwerker e Costa (2000) destacam que uma mudança de paradigma é imprescindível para superar a disjunção entre setores e agregar mais atores em torno das questões da sociedade, com programação, realização e avaliação de ações integradas e articuladas (INOJOSA, 2001). A intersetorialidade consiste na articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e na avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico no desenvolvimento social (JUNQUEIRA, 1998; INOJOSA, 2001).

A intersetorialidade incorpora a ideia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais; é uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

No contexto das políticas públicas a intersetorialidade se apresenta como uma nova perspectiva de gerenciamento com o objetivo de superar a fragmentação estrutural e ideológica das políticas. No mesmo sentido, visa romper e ressignificar as estruturas de poder da organização municipal, com gestão coletiva e participativa. Essa nova lógica não se relaciona, entretanto, apenas com o arranjo institucional interno das administrações, mas é referida à população e o objetivo a ser alcançado é o desenvolvimento social (JUNQUEIRA, 1998; FEUERWERKER; COSTA, 2000).

A experiência brasileira já demonstrou que a fragmentação e a visão setorial ou fragmentada de políticas públicas, segundo Custódio e Silva (2015), é custosa e ineficiente, pois produz ações e resultados distantes das diretrizes e objetivos almejados. Desse modo, a intersetorialidade se apresenta como significativa ferramenta e mecanismo de gestão, uma vez que não se pode pensar em construção de políticas públicas de combate à pobreza sem considerar a relevância da interação e integração dos diversos órgãos e instituições.

A maioria dos documentos referentes às políticas públicas relevantes para o combate à pobreza rural (saúde, educação, assistência, entre outras) trazem a diretriz da intersetorialidade. No entanto, sua efetiva implementação é mais complexa, uma vez que

não basta uma decisão política para que a intersetorialidade aconteça. Na prática, faz-se necessário um constante exercício que permita entender os avanços e retrocessos dos processos intersetoriais. A execução prática de ações e procedimentos intersetoriais requer uma mudança cultural, seja na seara pública ou na forma como os atores sociais participam de todo o processo de controle, planejamento e avaliação das políticas públicas (BRONZO, 2007; BRONZO; COSTA, 2012).



### 3 ABORDAGEM INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA NO CAMPO

A visão ou abordagem multidimensional da pobreza requer, não apenas a inclusão dos diversos fatores que podem ser associados à condição ou vulnerabilidade à pobreza, mas também a consideração desses fatores de maneira integrada. Isso, no entanto, ainda é um elemento praticamente ausente nas políticas públicas de combate à pobreza no campo em curso no estado de Minas Gerais, como evidenciado nas informações sintetizadas para cada eixo temático.

#### 3.1 Trabalho e renda

 <b>MINAS GERAIS</b> <small>DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO</small>		<b>EIXO ESTRATÉGICO: TRABALHO E RENDA</b>		 <b>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO</b> <small>GOVERNO DE MINAS GERAIS</small>	
<b>DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA</b>					
(Continua)					
<b>Objetivo:</b> realizar um levantamento das políticas públicas de trabalho e renda nos territórios de desenvolvimento contemplados neste estudo e, também, apresentar uma análise das principais prioridades, tendo em vista os resultados divulgados no diagnóstico multidimensional da pobreza.					
<b>Prioridades identificadas no diagnóstico</b>		<b>Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)</b>			
Os territórios de desenvolvimento avaliados neste estudo demandam a implementação de políticas gerais e específicas de mercado de trabalho, proporcionando não apenas a elevação real do salário mínimo, mas também um processo de formalização do emprego rural. Destaca-se a necessidade de promover a diversificação econômica em municípios mais estagnados, políticas voltadas para a ampliação da renda, a diversificação e ampliação dos arranjos institucionais voltados para a promoção do trabalho e emprego e a ampliação das oportunidades de trabalho e renda nas pequenas propriedades rurais.					
<b>Prioridade 1:</b> Diversificação econômica em municípios mais estagnados, de maneira a propiciar desenvolvimento local		Devido ao alto percentual de municípios estagnados com elevado Produto Interno Bruto (PIB) no setor de serviços, a criação de oportunidades econômicas para a população do campo no setor primário é fundamental. Oportunidades econômicas pertencentes aos setores secundário e terciário também são desejáveis.			
<b>Prioridade 2:</b> Políticas voltadas para a ampliação da renda		Em todos os territórios o percentual de pessoas que, em 2010, recebiam, no máximo, uma renda monetária correspondente a até ¼ do salário mínimo vigente na data de referência do censo demográfico daquele ano foi sempre superior a 70% do total. A situação menos precária foi registrada no Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce, em que “apenas” 71,52% da população auferiam esse rendimento. No outro extremo encontrava-se o Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha, onde esse percentual chegava a 80,17, seguido pelo Norte (79,30) Mucuri (78,48) e Alto Jequitinhonha (72,16).			

**DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA**

(Conclusão)

Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
<b>Prioridade 3:</b> Diversificação e ampliação dos arranjos institucionais voltados para a promoção do trabalho e emprego	As análises indicam que o arranjo institucional para a promoção de ações, que visam a ampliação do trabalho e emprego nos territórios de desenvolvimento avaliados é bastante deficiente.
<b>Prioridade 4:</b> Ampliação das oportunidades de trabalho e renda nas pequenas propriedades rurais	Políticas que fortaleçam a pequena propriedade são fundamentais, exigindo um complexo arranjo institucional, tendo em vista o caráter intersetorial das demandas por trabalho e renda nas pequenas propriedades rurais dos territórios de desenvolvimento estudados.
<b>Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico</b>	
A renda, embora não responda, sozinha, pela situação de vulnerabilidade que envolve a consideração multidimensional da pobreza é, sem dúvida, um indicador essencial para delimitação das condições de vida da população, especialmente no que diz respeito ao acesso a bens, serviços e aos benefícios potencialmente gerados pelas políticas públicas.	

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (PPAG) 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Continua)

**1 Garantia de renda mínima aos agricultores familiares**

Objetivo	Público-alvo
Apoiar a inclusão produtiva e a garantia de renda mínima a famílias em situação de extrema pobreza e a famílias vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional devido à perda de produção agrícola por intempéries. A ação enfatiza o apoio ao programa federal de distribuição de recursos financeiros para famílias com poucas condições de auferir renda e, por isso, em vulnerabilidade no que tange à insegurança alimentar, o Garantia-Safra. Neste momento, está sendo realizada a mobilização dos municípios para a assinatura do Termo de Adesão ao programa Garantia-Safra 2016/2017.	Famílias vulneráveis à insegurança alimentar nos territórios de desenvolvimento Noroeste, Norte, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri.
<b>Órgão responsável:</b> Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA)	

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (PPAG) 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Conclusão)

**2 Apoio à inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres do campo**

Objetivo	Público-alvo
Contribuir para a emancipação produtiva e econômica e melhoria da qualidade de vida das mulheres do campo, considerando os problemas históricos relacionados à questão de gênero.	17 000 agricultoras familiares em todos os territórios de desenvolvimento do Estado.

**Órgão responsável:** Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA)

**3 Controle, gestão e mobilização social para o desenvolvimento rural**

Promover a participação e o controle social no âmbito das políticas de desenvolvimento agrário, por meio da viabilização de atividades dos órgãos colegiados ligados à secretaria.	Agricultores familiares.
--	--------------------------

**Órgão responsável:** Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA)

**4 Acesso à terra e desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais**

Apoiar e fomentar o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais para superar a pobreza no meio rural e urbano desses grupos, contribuindo, por meio do incentivo à utilização de iniciativas coletivas, para o acesso à terra, a produção sustentável, a agregação de valor e comercialização dos produtos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e a valorização identitária e cultural desses povos.	Povos e comunidades tradicionais dos territórios de desenvolvimento Norte, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.
--	--

**Órgão responsável:** Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA)

**CONCLUSÕES**

(Continua)

**Conclusões:**

A análise das informações a respeito da atuação do setor público no campo do emprego explicita uma nítida fragilidade, tanto em termos institucionais quanto no que diz respeito à alocação de recursos em atividades direcionadas a estimular geração de trabalho e renda, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades econômicas cooperadas e associativas, nos moldes da economia solidária. Observa-se que o setor público desenvolve ações e se faz presente por meio de infraestrutura organizacional e institucional de forma fragmentada, incipiente, restrita e descontínua nos territórios estudados, embora diferenciada por níveis de governo (União, Estado e Municípios).

## CONCLUSÕES

(Conclusão)

As informações avaliadas no diagnóstico multidimensional da pobreza rural dos territórios de desenvolvimento contemplados neste estudo evidenciam uma dinâmica problemática do mercado de trabalho local. De modo geral, constata-se que os territórios de desenvolvimento estudados, além de contar com mercados de trabalho de pequena amplitude, tendo em vista as elevadas taxas de desemprego e de informalidade que os caracterizam, possuem uma mão-de-obra predominantemente mal remunerada e de reduzida formação educacional. Ademais, destacam-se os seguintes aspectos:



- a) a situação delineada para o Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha parece particularmente preocupante, uma vez que em quase todos os microterritórios que o compõem 80% ou mais da população rural recebia, em 2010, renda monetária de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (a única exceção é o microterritório de Araçuaí, onde esse percentual era de “apenas” 78). Em situação desvantajosa, no que diz respeito à proporção da população rural que recebia renda monetária de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo também se encontravam os microterritórios de Bocaiuva, São Francisco, Manga, Janaúba e Espinosa, pertencentes ao Território de Desenvolvimento Norte, e o microterritório de Águas Formosas, no Mucuri;
- b) o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) está ausente na maior parte dos pequenos municípios. O programa busca promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao trabalho. A maior parte dos pequenos municípios não possuem Acessuas Trabalho;
- c) nenhum município pequeno possui Agência Regional do Trabalho. Dentre os médios e grandes municípios, existe Agência Regional do Trabalho apenas no Alto Jequitinhonha e na porção meridional do Norte. Além disso, não existe Unidade de Atendimento Integrado (UAI) em nenhum pequeno município das regiões avaliadas. Postos de atendimento UAI estão presentes apenas em Montes Claros, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Araçuaí. As agências da Previdência Social se concentram majoritariamente nos médios e grandes municípios, existindo poucos pequenos municípios com este equipamento.

As políticas públicas que têm sido implementadas ao longo do tempo, muitas delas sem articulação com as demais, podem ser arroladas para explicar parte substancial das carências, entre quais se destacam a reduzida renda per capita, o elevado nível de desemprego e informalidade do mercado de trabalho, a baixa remuneração e a deficiente formação escolar da mão-de-obra local. Juntos, esses elementos constitutivos acabam por reiterar os níveis de pobreza.

Em 2013, os cinco territórios de desenvolvimento focalizados neste estudo abrigavam mais de 47% dos empreendimentos de economia solidária registrados na área rural de Minas Gerais. No entanto, 170 dos 229 municípios desses territórios de desenvolvimento não tinham registro de atividades econômicas solidárias. As atividades de crédito solidário são pouco representativas, pois havia apenas seis entidades em operação, todos eles localizados no município de Montes Claros.

A ação do governo deve ser no sentido de estimular a economia solidária naqueles municípios que não contam com registro de atividade econômica solidária e que se encontram localizados nos microterritórios de Capelinha, Jacinto, Pedra Azul, Espinosa, Janaúba, Januária e Santa Maria do Suaçuí.

### 3.2 Segurança alimentar



 <b>EIXO ESTRATÉGICO: INCLUSÃO PRODUTIVA</b> 	
<b>SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	
(Continua)	
<p><b>Objetivo:</b> Abordar e priorizar indicadores de segurança alimentar e nutricional, tendo como unidade de análise tanto o indivíduo quanto as famílias ou a comunidade.</p>	
<b>Prioridades identificadas no diagnóstico</b>	<b>Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)</b>
<p>O diagnóstico da Pobreza Multidimensional identificou que a Gestão Política da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não está amplamente consolidada nos territórios priorizados no diagnóstico, sendo o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a Lei de SAN as instâncias com maior presença nos municípios analisados. Com relação à disponibilidade de equipamentos públicos destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos, observou-se que os mercados populares, feiras livres e feiras de produtos orgânicos ou de base agroecológica são os que estão presentes em todos os territórios priorizados. Quanto às ações de SAN desenvolvidas elas têm como eixos centrais o apoio à agricultura familiar, educação alimentar e nutricional e melhorias no acesso à água.</p> <p>Foram selecionadas cinco prioridades, a partir da análise de dados secundários realizados pelo diagnóstico.</p>	
<p><b>Prioridade 1:</b> Gestão Política da SAN</p>	<p>No Médio e Baixo Jequitinhonha, apenas 30,8% dos municípios possuem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Nos demais territórios, estes percentuais são de 30% Alto Jequitinhonha, 25% no Mucuri, 12,5% no Norte e 8,3% no Vale do Rio Doce.</p> <p>30% dos municípios do Alto Jequitinhonha possuem lei de SAN. O Médio e Baixo Jequitinhonha (23%), Norte (6,3%) e Vale do Rio Doce (25%) possuem percentuais inferiores. Nenhum município do Mucuri informou ter lei específica para SAN. Ademais, nenhum município dos territórios analisados informou ter Plano Municipal de SAN.</p>
<p><b>Prioridade 2:</b> Disponibilidade de equipamentos públicos</p>	<p>No Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce 17% dos municípios contavam com mercado popular. Esse percentual aumentou para 25 no Mucuri, 40 no Alto Jequitinhonha, 44 no Norte e chegou a 83 no Médio e Baixo Jequitinhonha.</p> <p>As Feiras livres acontecem em todos os municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha. O percentual também é alto no território do Norte (81) e no Alto Jequitinhonha (70) e menos expressivo no Mucuri (50) e Vale do Rio Doce (42).</p> <p>As Feiras livres de produtos orgânicos ou de base agroecológica foram menos reportadas, mas ainda assim estão presentes em mais da metade dos municípios do Alto Jequitinhonha (60%) e do Médio e Baixo Jequitinhonha (54%). Nos demais territórios os percentuais são de 33 no Vale do Rio Doce e 13 no Norte.</p>

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

(Continuação)

Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
<p><b>Prioridade 3:</b> Ações de apoio à Agricultura Familiar</p>	<p>Segundo informações disponibilizadas pelos municípios no Mapeamento da Segurança Alimentar e Nutricional (Mapasan), o apoio à agricultura familiar acontece em mais da metade dos municípios dos territórios do Alto Jequitinhonha (58%), Norte (63%) e Médio e Baixo Jequitinhonha (77%). No Vale do Rio Doce 50% dos municípios contam com apoio à agricultura familiar, mas tal apoio não foi registrado em nenhum município do Território de Desenvolvimento do Mucuri.</p> <p>A grande maioria dos municípios nos territórios de desenvolvimento analisados, exceto Mucuri, informaram que os principais destinos da produção da agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e feiras livres.</p>
<p><b>Prioridade 4:</b> Educação Alimentar e Nutricional</p>	<p>A maior parte dos municípios focalizados possuem ações de educação alimentar e nutricional. Não informaram se possuem ações os municípios de Presidente Kubistchek e Senador Modestino Gonçalves (Alto Jequitinhonha); Joaíma, Novo Cruzeiro e Santo Antônio do Jacinto (Médio e Baixo Jequitinhonha); Crisólita e Nanuque (Mucuri); Joaquim Felício, Lontra e Miravânia (Norte); Capitão Andrade, Governador Valadares, Resplendor e São Geraldo da Piedade (Vale do Rio Doce).</p>
<p><b>Prioridade 5:</b> Acesso à água</p>	<p>O apoio às tecnologias sociais de armazenamento e acesso à água foram reportados por 94% dos municípios do Norte, 62% dos municípios no Médio e Baixo Jequitinhonha e 60% dos municípios no Alto Jequitinhonha 60%. Apenas ¼ dos municípios do Vale do Rio Doce e do Mucuri informaram apoiar tecnologias sociais de armazenamento e acesso à água.</p> <p>O apoio às tecnologias sociais de armazenamento e acesso à água foram reportados por 94% dos municípios do Norte, 62% dos municípios no Médio e Baixo Jequitinhonha e 60% dos municípios no Alto Jequitinhonha 60%. Apenas ¼ dos municípios do Vale do Rio Doce e do Mucuri informaram apoiar tecnologias sociais de armazenamento e acesso à água.</p> <p>As modalidades de tecnologias utilizadas para permitir o acesso à água mais citadas em todos os territórios foram as cisternas com água para o consumo (primeira água), cisternas com água para a produção (segunda água), os sistemas coletivos de abastecimento de água, os barreiros ou pequenas barragens e os poços artesianos.</p>



 <p><b>MINAS GERAIS</b> DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO</p>	<b>EIXO ESTRATÉGICO: INCLUSÃO PRODUTIVA</b>	 <p>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO GOVERNO DE MINAS GERAIS</p>
--	---	---

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

(Conclusão)

**Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico:**

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, cultural, econômico e social (art. 3º da Lei Federal 11 346, CONSEA, 2004).

O objetivo das políticas de segurança alimentar e nutricional é combinar ações assistenciais-compensatórias frente às questões emergenciais, a exemplo da fome, com políticas de caráter estruturante, visando assegurar o acesso aos alimentos sem comprometer uma parcela substancial da renda familiar.

As políticas têm como foco duas dimensões:

- a) a melhoria dos padrões de vida da população em insegurança alimentar, tanto do segmento que vive nas áreas rurais por meio de melhorias na produção agrícola e na renda auferida, quanto da população urbana, por meio de programas de qualificação, educação e alfabetização;
- b) a formação de redes de proteção social para oferecer suporte às pessoas sem acesso à alimentação, sobretudo para os grupos mais vulneráveis, como crianças, grávidas e lactantes, idosos, pessoas com deficiência, miseráveis e desempregados.

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Continua)

**1 Apoio à produção sustentável, agregação de valor e comercialização - do campo à mesa**

Objetivo	Público-alvo
Promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio: do apoio à transição agroecológica e às organizações rurais; da agregação de valor; do acesso aos mercados; da promoção da agroindústria e da infraestrutura necessária, garantindo que os produtos da agricultura familiar cheguem à mesa dos mineiros.	Agricultores Familiares

**Órgão responsável:** Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA)

**2 Água para Todos – universalização do acesso e uso da água**

Promover a universalização do acesso e uso da água para consumo humano e para a produção de alimentos.	Público em geral em regiões com elevado déficit pluviométrico do estado de Minas Gerais.
--	--

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor )

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Continuação)

**3 Água para Todos – universalização do acesso e uso da água**

Promover a universalização do acesso e uso da água para consumo humano e para a produção de alimentos.

Público em geral em regiões com elevado déficit pluviométrico do estado de Minas Gerais.

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor )

**4 Fortalecimento do Programa Leite pela Vida**

Aumentar o aporte de recursos do tesouro estadual para o programa Leite pela Vida, com o objetivo contribuir para o combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Famílias com perfil do projeto Bolsa Família, além dos agricultores familiares fornecedores do programa.

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor). Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene)

**5 Garantia de renda mínima aos agricultores familiares**

Apoiar a inclusão produtiva e a garantia de renda mínima a famílias em situação de extrema pobreza e vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional devido à perda de produção agrícola por intempéries.

Agricultores Familiares

**Órgão responsável:** Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA)

**6 Água para as comunidades tradicionais**

**Objetivo:**

Contribuir para o abastecimento de água com qualidade para as comunidades tradicionais, população Indígena e quilombola, cujas sedes dos municípios tenham concessão com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copanor).

**Público:**

Comunidades tradicionais, população Indígena e quilombola

**Órgão responsável:** Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa)



**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Conclusão)

**7 Doação de tubulação e reservatórios de água – plano de urgência para enfrentamento da seca**

**Objetivo:**

Equipagem de poços tubulares, como parte do Plano de Urgência para Enfrentamento da Seca.

**Público:**

População de comunidades rurais contempladas com a perfuração de poços tubulares por meio do Plano de Urgência para Enfrentamento da Seca nos municípios do Norte e Nordeste de Minas.

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor)

**8 Projeto Água Vida**

**Objetivo:**

Proporcionar acesso à água em qualidade e quantidade, com prioridade para consumo humano, e promover condições de saneamento básico adequados ao convívio familiar em residências rurais. Especificamente, o projeto visa implantar cisternas, pequenas coberturas para captação de água de chuva, módulos sanitários e biodigestores em comunidades/ domicílios rurais, a fim de garantir acesso à água de boa qualidade e esgotamento sanitário básico.

**Público:**

Famílias que residam em zona rural, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com renda familiar per capita de até R\$ 154,00 mensais, com atendimento precário da fonte hídrica que comprometa a quantidade e a qualidade necessária, e sem acesso a rede coletora de esgoto.

**Órgão responsável:** Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas)

**CONCLUSÕES**

(Continua)

**Conclusões:**

A sobreposição dos dados e referências bibliográficas consideradas e a identificação de ações e políticas públicas mostraram a necessidade de políticas mais focalizadas não apenas territorialmente, mas também no que concerne ao seu público-alvo. Particularmente, foram observadas limitações no que diz respeito aos seguintes pontos:

- a) política de governo de incentivo à criação de estruturas institucionais de gestão pública e do controle social, viabilizando implementação, monitoramento e avaliação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional;
- b) implantação e ampliação dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes, cozinhas populares, bancos de alimentos e unidades de apoio à distribuição de alimentos, que têm como objetivo o acesso a refeições e alimentos aos indivíduos, famílias e grupos populacionais em situação de vulnerabilidade;
- c) fortalecimento da agricultura familiar, que tem papel central na produção de alimentos nos territórios analisados, garantindo o acesso da população e dos produtores a uma alimentação saudável e variada. Ampliar o acesso à terra e a programas de fomento, produção, distribuição e comercialização da produção da agricultura familiar;
- d) ampliação dos programas que apoiem e incentivem a produção da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Parte dos produtos utilizados nesses programas tem que obrigatoriamente ter como origem a agricultura familiar. O objetivo é garantir aos beneficiários do programa o acesso à renda e a uma alimentação mais saudável e balanceada;



## CONCLUSÕES

(Conclusão)



- e) fomentar, por meio de políticas e programas específicos, a adoção de práticas de produção para autoconsumo, como as hortas, que podem contribuir para o aumento da disponibilidade de alimentos para as famílias em situação de insegurança alimentar ou vulneráveis;
- f) ampliar e fortalecer a educação alimentar e nutricional, a ser abordada de forma transversal nas redes de atenção à saúde, assistência social e educacional, promovendo a aquisição e/ou resgate de hábitos alimentares saudáveis pela população em geral, com valorização e respeito a suas especificidades culturais e regionais;
- g) Incentivo ao preenchimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) pelos profissionais da Atenção Básica. As informações geradas a partir do Sisvan possibilitam traçar diagnóstico atualizado da situação nutricional local, sendo subsídio essencial políticas e ações públicas de prevenção e controle das carências nutricionais e de promoção da alimentação saudável;
- h) fortalecer ações de diagnóstico, prevenção e tratamento das morbidades relacionadas à má nutrição, como a obesidade e desnutrição, promovendo uma maior articulação entre as redes da atenção básica, assistência social e de educação no nível local.

A interface é grande entre as áreas da segurança alimentar e nutricional com a saúde, assistência social e educação. Por exemplo, na Atenção Básica os profissionais do Programa de Saúde da Família são capazes de mapear as famílias em situação de insegurança alimentar ou com distúrbios alimentares como a obesidade e as direcionar para programas específicos de atendimento. É, portanto, fundamental que as ações entre as diversas áreas estejam interligadas para garantir o pleno acesso da população vulnerável aos serviços e benefícios, potencializando o efeito das políticas públicas.

### 3.3 Educação

 	
EIXO ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO	
EDUCAÇÃO	
(Continua)	
<p><b>Objetivo:</b> realizar um levantamento das políticas públicas de educação nos territórios de desenvolvimento contemplados neste estudo e, também, apresentar uma análise das principais prioridades, tendo em vista os resultados divulgados no diagnóstico multidimensional da pobreza.</p>	
Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
<p>A dimensão educação é fundamental para o diagnóstico da pobreza. O acesso à educação de qualidade é um relevante fator de proteção para crianças e adolescentes e, portanto, um ativo relevante na perspectiva de vida ativa para o conjunto da população. A educação, em suma, é importante tanto para a geração de maior crescimento econômico quanto para garantir mais bem-estar às pessoas. Maior nível educacional está diretamente relacionado à maior probabilidade de participação em atividades produtivas de remuneração mais elevada, assim como a uma chance menor de desemprego. Além disso, a educação tem também impacto positivo na saúde, na redução da criminalidade e na consciência de cidadania dos indivíduos.</p>	
<p><b>Prioridade 1:</b> Avaliação e fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas</p>	<p>Avaliação e fortalecimento de escolas que praticam a pedagogia da alternância em todos os territórios de desenvolvimento abordados neste estudo, buscando prover uma educação do campo e para o campo, diferente do modelo de educação rural, pouco alinhada às expectativas dessa população. Deve-se buscar, também, meios de subsidiar financeiramente a execução de tarefas nas propriedades pelos alunos, tendo em vista o contexto de recursos escassos na região.</p>
<p><b>Prioridade 2:</b> Expansão do ensino médio e técnico de tempo integral nas áreas de maior vulnerabilidade</p>	<p>A expansão do ensino médio e técnico em tempo integral é extremamente desejável em todos os territórios de desenvolvimento contemplados neste estudo, uma vez que o diagnóstico multidimensional da pobreza aponta a existência de grande quantidade de famílias em estado de vulnerabilidade e pobreza, sobretudo na porção setentrional do Território de Desenvolvimento Norte e no Médio e Baixo Jequitinhonha.</p>
<p><b>Prioridade 3:</b> Política de combate à evasão no ensino médio</p>	<p>Como desejável, o percentual de abandono no ensino fundamental é pequeno, predominantemente na faixa de até 2,5, mas em todos os territórios há municípios onde essa proporção é superior a 10%. O mesmo não ocorre no tocante ao abandono no ensino médio, onde sobressaem percentuais que variam entre 5 e 10 ou acima de 10% sobretudo nos territórios Norte, Médio e Baixo Jequitinhonha, sendo poucos os municípios onde a evasão situa-se em patamar de somente até 2,5%.</p>
<p><b>Prioridade 4:</b> Construção de escolas de aplicação nos municípios que possuem campus de universidades federais ou estaduais na área abrangida pela pesquisa</p>	<p>Aproveitar parte das estruturas das universidades existentes e, também, do <i>expertise</i> dos cursos de licenciaturas.</p>

<b>EDUCAÇÃO</b>	
(Continuação)	
<b>Prioridades identificadas no diagnóstico</b>	<b>Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)</b>
<b>Prioridade 5:</b> Melhoria da infraestrutura das escolas estaduais	Para o conjunto de municípios de pequeno porte verifica-se que, em 2015, o acesso à internet nas escolas atingia 88,5% (menor percentual) no Território de Desenvolvimento do Mucuri e atingia a 100% das escolas no Médio e Baixo Jequitinhonha. Já a energia proveniente de rede pública chegava à totalidade das escolas situadas em quase todos os territórios de desenvolvimento focalizados, com a única exceção sendo registrada para o Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce, onde 2,5% das escolas não tinham energia elétrica. Apenas o Território de Desenvolvimento do Mucuri contava com escolas com energia alternativa (3,9%).
<b>Prioridade 6:</b> Política de valorização da condição docente nas escolas estaduais	Implantar ações em todos os territórios de desenvolvimento deste estudo para reduzir o número de professores que trabalham em mais de uma escola; ampliação das possibilidades de retornos financeiros dentro da sala de aula (sem necessidade de assumir cargos de direção ou trabalhos extra classe de qualquer outra natureza); política de atração de professores formados nas universidades da região, evitando que eles ocupem outras funções na sociedade ou mesmo não permaneçam nas suas cidades, diante dos baixos retornos financeiros e das condições precárias da profissão.
<b>Prioridade 7:</b> Política de incentivo às práticas de empreendedorismo social na educação	Ampliar a relação da comunidade com a escola pública, por meio de incentivos às práticas de empreendedorismo social (campanhas, premiações, dentre outras possibilidades envolvendo universidades, setor privado e comunidade em geral) em todos os territórios de desenvolvimento deste estudo.
<b>Prioridade 8:</b> Política de apoio aos cursos de licenciatura e de educação no campo (LEC) federais e estaduais	Apoiar, por meio de bolsas e projetos de pesquisa/ensino/extensão, alunos matriculados em cursos de licenciatura oferecidos pelas universidades da área de estudo. Cursos de Licenciatura em Educação no Campo estão extremamente fragilizados em razão do modelo institucional adotado e da incapacidade das universidades federais em provê-los com o suporte adequado. Deve-se buscar fortalece-los, seja pela criação de oportunidades de emprego por meio da multiplicação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), seja por meio de apoio baseado em parcerias entre Governo do Estado e universidades que recebem alunos da região compreendida neste estudo – destaque para Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

 <b>EIXO ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO</b> 	
<b>EDUCAÇÃO</b> (Conclusão)	
<b>Prioridades identificadas no diagnóstico</b>	<b>Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)</b>
<p><b>Prioridade 9:</b> Política de expansão da cobertura do ensino infantil (4 a 5 anos)</p>	<p>Diante do alto percentual de crianças do campo de 4 a 5 anos fora da escola, torna-se urgente a expansão do ensino infantil em todos os territórios de desenvolvimento abordados neste estudo. A situação atual traz enormes desafios para a alfabetização de crianças das famílias mais vulneráveis, que entram na escola relativamente tarde e, geralmente, já carregando um atraso no nível de aprendizado. Deve-se ter atenção especial à porção setentrional do Território de Desenvolvimento Norte e do Mucuri e do Médio e Baixo Jequitinhonha.</p>
<p><b>Prioridade 10:</b> Participação integrada das secretarias na construção de projetos para o fortalecimento da educação</p>	<p>Ampliar a inserção das secretarias de Estado (e de outros setores da administração pública) na construção de políticas voltadas para a educação. A incorporação de práticas educativas na saúde, cultura, segurança, meio ambiente, etc., são fundamentais para a construção de um projeto de educação de médio e longo prazo. A educação não deve ser encarada como responsabilidade apenas da escola, mas de todos os setores da sociedade. Esta ação abrange todos os territórios de desenvolvimento focalizados neste estudo.</p>
<p><b>Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico</b></p> <p>O conjunto desses indicadores de educação evidencia a necessidade de atenção para o setor, tendo em vista ser esse atributo um elemento essencial para a condição de cidadania e, sobretudo, para a possibilidade de inserção em atividades produtivas. Ressalta-se o fato de que a estrutura etária da população rural dos cinco territórios de desenvolvimento focalizados denota um grande e crescente contingente do segmento de jovens adultos, em idade ativa, situação que representa uma janela de oportunidade para a promoção de um processo de desenvolvimento inclusivo e sustentável. O desafio, então, é concretizar esse potencial, qualificando a população para o trabalho e gerando oportunidades de inserção em atividades produtivas de maior remuneração.</p> <p>A participação e a mobilização de um maior número de secretarias de Estado em prol de projetos que buscam fortalecer a educação, que não é apenas um desafio da escola, mas de toda a comunidade.</p> <p>Há um longo caminho a percorrer no sentido de universalizar a educação na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, assim como de ampliar a oferta de educação infantil em creches. Há, igualmente, um longo caminho a percorrer na universalização da formação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio. Se cotejados com a estrutura etária da população, os dados relacionados à educação evidenciam a necessidade, também, de formação e qualificação profissional, de maneira a dotar a parcela expressiva de jovens de condições adequadas para inserção em atividades produtivas.</p>	

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Continua)

<b>1 Ampliar a oferta de educação integral nas escolas estaduais</b>	
<b>Objetivo</b>	<b>Público-alvo</b>
<p>Criar e estruturar o conceito de Educação Integral em Minas Gerais, a partir da perspectiva da Educação Integral e Integrada, considerando o estudante nas suas diferentes perspectivas, desejos e atuações. A partir desse conceito, é objetivo do Programa ampliar o quantitativo de estudantes atendidos com Ações de Educação Integral. Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da alimentação escolar para os alunos da Rede Estadual de Ensino que participam das Ações de Educação Integral na Rede.</p>	<p>Estudantes da rede estadual de ensino.</p>
<p>Órgão responsável: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG) .</p>	
<b>2 Escola aberta</b>	
<p>Abrir a escola aos finais de semana para os estudantes e a comunidade ao redor, desenvolvendo atividades culturais e educativas, buscando integrar a comunidade ao espaço escolar, numa atuação participativa, a partir do conceito de cidade educadora e territórios educativos.</p>	<p>Estudantes da rede estadual de ensino, familiares, agentes culturais e membros da comunidade ao redor da escola.</p>
<p>Órgão responsável: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)</p>	
<b>3 Formação de Profissionais da Educação</b>	
<p>Qualificar os profissionais da educação por meio de cursos de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado, que contribuam para a melhoria da qualidade da educação.</p>	<p>Profissionais da educação da rede estadual de ensino.</p>
<p>Órgão responsável: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)</p>	
<b>4 Aquisição de ônibus para transporte escolar</b>	
<p>Ampliar a frota de ônibus escolares no intuito de garantir a educação para os estudantes da Rede Pública Estadual e Municipal, principalmente daquelas comunidades onde o acesso à escola é mais complexo, como nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.</p>	<p>Estudantes da rede estadual e municipal de ensino nos 17 territórios de desenvolvimento.</p>
<p>Órgão responsável: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)</p>	



**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Conclusão)

**5 Reforma e ampliação de unidades escolares**

Garantir e ampliar o funcionamento adequado das unidades educacionais, por meio da melhoria, manutenção e conservação da infraestrutura física, operacional, de segurança, de bem-estar social e acessibilidade.

Estudantes da rede estadual de ensino em 16 territórios de desenvolvimento.

**Órgão responsável:** Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)

**6 Estruturação de laboratórios escolares de informática**

Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação nas escolas da rede estadual de ensino, a partir da estruturação de ambientes tecnológicos equipados com recursos digitais adequados ao desenvolvimento de práticas educativas.

Estudantes da rede estadual de ensino nos 17 territórios de desenvolvimento.

**Órgão responsável:** Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)

**CONCLUSÕES**

(Continua)

**Conclusões:**

Com base na transposição das principais informações levantadas no diagnóstico multidimensional com as políticas públicas desenhadas para o eixo da educação, os seguintes aspectos devem ser levados em consideração:

- a) no geral, as famílias rurais nos territórios avaliados apresentam elevados níveis de vulnerabilidade social, não possuindo os instrumentos educacionais e financeiros necessários para prover o acompanhamento necessário aos estudantes fora da escola. As taxas de analfabetismo são muito altas na população avaliada, sobretudo nas famílias registradas no Cadastro Único. Assim, é fundamental que os estudantes vivenciem, na maior parte do dia, um ambiente mais propício ao aprendizado. Nesse sentido, a educação integral é especialmente estratégica para a melhoria do desempenho escolar dos estudantes em áreas rurais;
- b) a avaliação e fortalecimento de Escolas Família Agrícola que utilizam a metodologia da alternância é fundamental para a construção de uma educação do campo e para o campo, visando manter a população no meio rural, em condições adequadas de sobrevivência;
- c) além disso, a educação integral amplia a possibilidade de melhoria do estado nutricional dos estudantes, sobretudo aqueles oriundos de famílias com maior nível de vulnerabilidade social;
- d) adicionalmente, a proporção do tempo despendido no transporte por estudantes de escolas rurais – elemento que não pode ser desprezado num contexto rural em que prevalecem as grandes distâncias entre povoados – em relação ao tempo aproveitado nas escolas será reduzida, o que pode, em alguma medida, contribuir para estimular a fixação dos estudantes na escola;
- e) deve-se atrelar a política de estruturação de laboratórios de informática, programas de capacitação e treinamento dos professores. A manutenção de equipamentos de informática geralmente é bastante deficiente nas escolas rurais, o que inviabiliza a utilização de equipamentos e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que demanda os recursos da informática;
- f) a construção de um programa para atendimento escolar infantil (4-5 anos) é fundamental para garantir uma trajetória adequada dos alunos no ensino fundamental, sobretudo nas regiões de maior vulnerabilidade, a exemplo do Norte e do Médio e Baixo Jequitinhonha;



## CONCLUSÕES

(Conclusão)

- g) as políticas de educação devem abranger mais secretarias de estado, não estando restritas à atuação da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Tendo em vista os enormes desafios no campo da educação nas áreas rurais de Minas Gerais, é fundamental que as demais secretarias de estado busquem apoiar programas educacionais que possuam alguma aderência às suas respectivas áreas de atuação;
- h) a aquisição de ônibus escolar é especialmente importante para apoiar a educação no campo;
- i) as políticas de formação de profissionais da educação são relevantes. No entanto, destaca-se que vários cursos de licenciatura atualmente em funcionamento nos territórios de interesse deste estudo possuem altíssima evasão, com baixo percentual de formandos. Os cursos de licenciatura são pouco atrativos, com baixas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que cria enormes desafios para o ensino e aprendizado. Recomenda-se que a política de formação de professores apoie cursos já existentes, buscando oferecer melhores condições para os alunos;
- j) apenas melhorias substanciais na condição docente irão tornar a carreira de magistério atrativa, impactando a procura por cursos de licenciatura e, também, o aumento do percentual de licenciados que, de fato, exercem a profissão.



### 3.4 Habitação saneamento e acesso à água

 <b>EIXO ESTRATÉGICO: HABITAÇÃO, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA</b> 	
<b>DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; CONVIVÊNCIA COM A SECA; DISPONIBILIDADE ENERGÉTICA; SANEAMENTO RURAL</b> (Continua)	
<p><b>Objetivo:</b> abordar e discutir problemas referentes à infraestrutura das regiões pesquisadas, no que se refere às áreas verdes, uso dos recursos naturais, Estado e meio ambiente sustentável, aspectos relacionados ao uso do solo e da água, políticas públicas ambientais, de forma a apontar caminhos para minimizar a pobreza e a extrema pobreza em regiões com alto índice de vulnerabilidade social na zona rural.</p>	
Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
<p>O diagnóstico da Pobreza Multidimensional identificou que o acesso à água e ao saneamento básico são questões centrais de carência de infraestrutura nos Territórios de Desenvolvimento do Norte, Vale Mucuri, Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. O elevado déficit habitacional e a precariedade das construções são problemas recorrentes em toda a área de estudo. O levantamento realizado identificou que as políticas voltadas para esses temas estão muito restritas à atuação das Secretarias de Desenvolvimento e Integração; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Saúde. A assistência social perpassa por todas essas áreas, considerando as situações de pobreza e extrema pobreza relacionada, diretamente, com o problema de infraestrutura das regiões do semiárido mineiro. Com base na análise de dados secundários realizados pelo diagnóstico foram selecionadas quatro prioridades:</p>	
<p><b>Prioridade 1:</b> Redução do alto percentual do déficit habitacional</p>	<p>Elevado déficit observado no extremo Norte do Território Norte. Os municípios de Miravânia, São Gonçalo do Rio Preto, Águas Vermelhas e Josenópolis apresentam déficit habitacional superior a 20%. A maior parte dos municípios possui déficit entre 5% a 10%. Pedra Azul, São João do Paraíso e Diamantina apresentam os maiores valores de déficit habitacional nas áreas rurais. Deve-se ressaltar, no entanto, que a estimativa do déficit habitacional por município refere-se ao ano de 2010 e que novos cálculos somente poderão ser feitos, em nível municipal, com base nos dados a serem coletados pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) previsto para 2020.</p>
<p><b>Prioridade 2:</b> Diminuição da precariedade das construções ou desgaste da estrutura física. Necessidade de investimento nas construções habitacionais</p>	<p>O Vale do Rio Doce possui grande parte de seus municípios com baixo percentual de domicílios precários, situação ainda mais grave no Território Norte, no Leste do Médio e Baixo Jequitinhonha e na porção setentrional do Mucuri. Nas áreas externas ao perímetro urbano dos municípios médios e grandes, a proporção de domicílios precários aumenta significativamente, com destaque para os altos valores observados no Norte e Médio e Baixo Jequitinhonha.</p>

**DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; CONVIVÊNCIA COM A SECA; DISPONIBILIDADE ENERGÉTICA;  
SANEAMENTO RURAL**

(Conclusão)

Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
<p><b>Prioridade 3:</b> Redução do atendimento inadequado de domicílios com água encanada e esgotamento sanitário</p>	<p>Pequenos municípios do Território Norte apresentam cobertura de esgotamento sanitário nitidamente inferior àquelas registradas nos demais territórios focalizados. Já na área rural dos médios e grandes municípios, o Médio e Baixo Jequitinhonha e a porção Leste e Oeste do Território Norte se destacam pelos baixos valores percentuais de domicílios atendidos com água encanada. As populações residentes fora do perímetro urbano dos médios e grandes municípios vivenciam as precariedades mais acentuadas em termos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.</p>
<p><b>Prioridade 4:</b> Demanda significativa por ligações elétricas em áreas rurais</p>	<p>Significativa em todos os territórios analisados: Norte, Vale Mucuri, Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce.</p>

**Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico:**

A produção bibliográfica e conceitual mais recente identifica prioridades de ação, em relação ao acesso à água, ao saneamento básico, ao uso da terra, à disponibilidade energética e problemas ligados à infraestrutura. Alguns dos principais temas analíticos estudados foram a degradação de áreas verdes, terras impróprias para o plantio, inférteis, impactos das ações do homem em relação a mineradoras, contaminação da água e do solo, erosão do solo, destruição de matas ciliares ao longo do rio, desrespeito do homem com a sustentabilidade dos recursos naturais, descumprimento das leis ambientais, ocupações irregulares de áreas agrícolas localizadas nas margens dos rios ou nos lagos das usinas hidrelétricas, assentamentos de pessoas e especulação imobiliária nessas regiões hídricas; fogo marcado pela ação antrópica na região, efeitos da desertificação, escassez e desperdícios da água.

Abordou-se o direito de comunidades ribeirinhas, catingueiras e outras poderem usufruir dos recursos naturais, de forma equilibrada e consciente, na perspectiva de uma política ambiental, e o papel do estado nas questões apresentadas. Assim, nos temas “degradação ambiental e convivência com a seca”, o fator “conflito” foi bastante visto, demonstrando um papel dúbio do estado, pois ao mesmo tempo em que está voltado para interesses econômicos de grandes empresas, vê-se obrigado a cumprir as leis e se responsabilizar pelos recursos naturais públicos.

O uso do solo e os problemas advindos da escassez da água e de sua contaminação foram relevantes em toda a bibliografia, sendo temas bastante recorrentes. Observou-se um número restrito de estudos sobre os temas “saneamento rural e disponibilidade energética”, podendo ser um indicativo de escassez, ou mesmo, inexistência de ações voltadas a essas áreas. Contudo, há uma abundância de estudos relacionados aos temas Degradação Ambiental e Convivência com a Seca.

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Continua)

**1 Água para todos – universalização do acesso e uso da água**

<b>Objetivo</b>	<b>Público-alvo</b>
Promover a universalização do acesso e do uso da água para consumo humano e para a produção de alimentos. Adequar as formas de abastecimento existentes ao contexto climático da região.	População em situação de extrema pobreza, conforme definido no art. 2º do Decreto Federal 7 492, de 2 de junho de 2011.

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor)

**2 Acesso à terra e desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais**

Apoiar e fomentar o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) com o objetivo de superar a pobreza no meio rural e urbano desses grupos, contribuindo para o acesso à terra, à produção sustentável, à agregação de valor e comercialização dos produtos dos PCTs e à valorização identitária e cultural desses povos.	Povos e Comunidades Tradicionais (PCTS). Em Minas Gerais, o programa está focado nas comunidades indígenas e quilombolas.
---	---

**3 Implantação de barraginhas ou pequena barragem**

Promover acesso à água para produção para as famílias em situação de extrema pobreza residentes em comunidades que não se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro e seu entorno.	Famílias em situação de extrema pobreza residentes em comunidades que não se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro.
--	---

**4 Implantação de barramentos**

Promover acesso à água para produção para as famílias em situação de extrema pobreza residentes em comunidades que se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro e seu entorno.	Famílias em situação de extrema pobreza residentes em comunidades que se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro.
--	---

**5 Implantação de cisterna de consumo**

Promover acesso à água para consumo humano das famílias em situação de extrema pobreza em comunidades que se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro e seu entorno.	Famílias em situação de extrema pobreza residentes em comunidades que se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro.
---	---

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Continuação)

**6 Implantação de sistema simplificado de abastecimento de água**

Promover acesso à água para consumo humano das famílias em situação de extrema pobreza em comunidades que não se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro e seu entorno.

Famílias em situação de extrema pobreza residentes em comunidades que não se encontram dispersas nas áreas de abrangência do semiárido mineiro.

**7 Complementação da barragem em Mato Verde**

Promover a universalização do acesso à água, de forma a ampliar o acesso à água para o consumo humano e produção de alimentos com a eliminação do desabastecimento dos municípios de Mato Verde e Catuti em períodos de estiagem.

Municípios de Mato Verde e Catuti.

**8 Ampliação do sistema de abastecimento de água de Montes Claros**

Adaptar o sistema de abastecimento de água de Montes Claros, de forma a minimizar os efeitos da baixa precipitação, adequando as formas de abastecimento existentes ao contexto climático no município.

Município de Montes Claros.

**9 Ampliação do sistema de abastecimento de água de Montes Claros**

Proporcionar acesso à água em qualidade e quantidade, para consumo humano, e promover condições de saneamento básico adequadas ao convívio familiar em residências rurais. Especificamente, o projeto visa implantar cisternas, pequenas coberturas para captação de água de chuva, módulos sanitários e biodigestores em comunidades/ domicílios rurais, a fim de garantir acesso à água de boa qualidade e esgotamento sanitário básico.

Famílias que residam em zona rural, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único), com renda familiar per capita de até R\$ 154,00 mensais, com atendimento precário da fonte hídrica que comprometa a quantidade e a qualidade necessária, e sem acesso a rede coletora de esgoto.

**Órgão responsável:** Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas)

**10 Doação de tubulação e reservatórios de água – Plano de Urgência para Enfrentamento da Seca**

Equipagem de poços tubulares perfurados por meio do Plano de Urgência para Enfrentamento da Seca. A doação de 940 668 metros de tubos em PVC e de 500 reservatórios de água em polietileno vai beneficiar 474 comunidades de 115 municípios do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

População de comunidades rurais contempladas com a perfuração de poços tubulares por meio do Plano de Urgência para Enfrentamento da Seca no Norte, Mucuri, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Central e Noroeste.

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor)

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

(Conclusão)

**11 Projeto Caixa d'Água**

Implantação de um modelo de gestão de uso racional da água nas comunidades rurais, por meio de uma ação conjunta do Sistema Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor) Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG), Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) e Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O modelo visa a melhoria da oferta de água nas comunidades rurais das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, além de diminuir os custos de energia elétrica para as famílias consumidoras.

Norte, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central, Caparaó, Vale do Aço, Metropolitano e Noroeste.

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor)

**12 Energização dos poços artesanais**

Realizar a ligação elétrica de poços artesanais.

Moradores de comunidades rurais com poços artesanais perfurados e não energizados no Noroeste, Norte, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Vale do Rio Doce, Alto Jequitinhonha e Central.

**Órgãos responsáveis:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor) e Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)

**13 Programa 100% presente – Eletrificação Rural**

Elevar o índice médio de propriedades rurais servidas de energia elétrica, de 95% atingido em 2015, para mais de 99% até 2018. São atendidas propriedades rurais típicas, poços artesanais comunitários, assentamentos para fins de regularização fundiária de interesse.

774 municípios em todos os 17 territórios de desenvolvimento.

**Órgão responsável:** Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)

## CONCLUSÕES

### Conclusões:



Existem diversas possibilidades de sobreposição dos dados e bibliografias consideradas com as ações e políticas públicas nestes sub eixos. Contudo, sua distribuição é assimétrica. Observa-se a relevância de investimentos públicos em áreas relevantes. Particularmente, foram observadas limitações no que diz respeito a:

- a) necessidade de ações voltadas para as questões relativas à disponibilidade energética, tanto com relação ao acesso, quanto a formas inteligentes e sustentáveis de uso;
- b) o enorme potencial de produção de energia solar (produção domiciliar ou usinas de médio e grande porte) nas áreas mais pobres da porção setentrional de Minas Gerais deve ser ressaltado, sobretudo diante da carência ou inexistência de políticas voltadas para a produção em maior escala de energia solar nessas áreas. A literatura científica aponta que esta seria uma solução bem adequada de investimento na região, diante da possibilidade de diversificação da matriz energética do estado e, também, dos baixos custos para as populações carentes; a implantação de energia solar em áreas mais isoladas e distantes das linhas de transmissão representa uma oportunidade de redução de custos;
- c) necessidade de ações direcionadas ao saneamento básico para regiões identificadas como não cobertas pela distribuição de água, ainda não direcionadas;
- d) necessidade de desenvolvimento de tecnologias quanto ao manuseio do solo, compostos químicos e alternativas sustentáveis para a utilização melhor da água e do solo, assim como para os cultivos e plantios em regiões atingidas pela seca, pela erosão e pelo cultivo permanente de eucalipto;
- e) necessidade de ações voltadas para a questão do déficit habitacional, incluindo, a precariedade das moradias e seus acabamentos; municípios mais carentes não acessaram de maneira satisfatória recursos voltados para construção de habitação de interesse social nos últimos anos; nas áreas fora do perímetro urbano e, sobretudo, em áreas mais dispersas, a resolução do déficit demandará políticas específicas;
- f) necessidade de ações voltadas para o melhor uso da terra pelas populações ribeirinhas, populações tradicionais e populações que enfrentam a seca;
- g) necessidade da construção de marcos lógicos, de modo a identificar o público-alvo, as áreas de abrangência, dentre outras informações, com objetivos claros, visando minimizar as deficiências apontadas. Percebeu-se que muitos dos temas abordados na literatura científica não estão contemplados nas ações planejadas, como, por exemplo, o uso do solo e a disponibilidade energética.

Observa-se necessidade de melhor definição da ação específica que cabe à atuação de cada Secretaria, como também, a articulação intersetorial dos programas direcionados aos temas apresentados. Diante dos problemas difusos, uma boa estruturação de ações estratégicas para o enfrentamento de dificuldades que não é concernente somente à assistência social, mas tem como “pano de fundo” o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, implicaria em ações claras que transcendem as especificações, fazendo valer a necessidade do Marco Lógico.



### 3.5 Saúde

 <b>EIXO ESTRATÉGICO: SAÚDE</b> 	
<b>SAÚDE</b> <span style="float: right;">(Continua)</span>	
<p><b>Objetivo do eixo:</b> Abordar as prioridades identificadas por meio dos indicadores de saúde e realizar uma apresentação das principais políticas de saúde vinculadas à estratégia de combate à pobreza rural nos territórios de desenvolvimento de interesse desta pesquisa.</p>	
<b>Prioridades identificadas no diagnóstico</b>	<b>Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)</b>
<p>O diagnóstico da pobreza multidimensional identificou que as carências em saúde estão associadas às deficiências no saneamento básico, ao acesso da população feminina e infantil às políticas preventivas de saúde e à difusão do Programa Saúde da Família. Verifica-se também que há uma relação forte entre essas carências e as áreas de assistência social, infraestrutura e educação (em virtude do caráter educativo que deve ser dado, muitas vezes, às políticas preventivas). No contexto das políticas públicas, a atuação parece se restringir à atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sednor) e do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). A partir do diagnóstico foram elencadas quatro prioridades para a área da saúde com base nos programas elencados no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).</p>	
<p><b>Prioridade 1:</b> Redução das altas taxas de mortalidade infantil</p>	<p>Há municípios essencialmente rurais com taxa de mortalidade acima de 50 óbitos infantis por mil nascidos vivos, em 2013: Campanário (93,75%), Lagoa dos Patos (69,77%), Riacho dos Machados (62,99%), Joaquim Felício (57,14%), Presidente Kubitschek (55,56%), Alvorada de Minas (51,72%), Paulistas (51,72%), Cachoeira de Pajeú (51,55%), Salto da Divisa (51,28%) e Santa Maria do Salto (51,28%). Entre os municípios médios e grandes a maior taxa de mortalidade infantil foi registrada em Buritizeiros (28,3%), no território Norte.</p>
<p><b>Prioridade 2:</b> Redução do percentual de gestantes que consultaram menos de sete vezes no pré-natal</p>	<p>No Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce, existe uma grande quantidade de municípios pequenos onde menos de 60% das mulheres fizeram sete consultas de pré-natal durante a gravidez. Os menores percentuais foram registrados para os municípios de Água Boa (30,6), Novo Oriente de Minas (31), Fernandes Tourinho (31,23), Divino das Laranjeiras (37,3), Sobrália (37,5), Bertópolis (38,9), São Sebastião do Maranhão (39), Santa Maria do Suaçuí (40,6), Urucuia (40,9), José Gonçalves de Minas (43,9), Mathias Lobato (47,4), Santa Rita do Itueto (47,8), Alpercata (48,3), Capitão Andrade (48,3) e Malacacheta (49,3).</p> <p>Já entre os municípios com mais de 20 mil habitantes, destacam-se, negativamente, as áreas rurais de Januária (38,9%), Itambacuri (49,9), Caraí (50,7), Teófilo Otoni (54,5), Bocaiuva (56,1), Araçuaí (56,2), Jaíba (56,4), São Francisco (57,6), Coração de Jesus (57,9) e Francisco Sá (59,1). A maior parte desses municípios pertence ao Território de Desenvolvimento Norte.</p>

**SAÚDE**

(Conclusão)

**Objetivo do eixo:**

Abordar as prioridades identificadas por meio dos indicadores de saúde e realizar uma apresentação das principais políticas de saúde vinculadas à estratégia de combate à pobreza rural nos territórios de desenvolvimento de interesse desta pesquisa.

Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
<p><b>Prioridade 3:</b> Redução das internações por doenças decorrentes de saneamento ambiental inadequado</p>	<p>Em 20 municípios o percentual atingiu patamar superior a 15, com destaque, entre os municípios pequenos, para Bertópolis (28,1), Carlos Chagas (27,8), Itabirinha (26,4), Padre Paraíso (25,5), Águas Formosas (22,7), Crisólita (18,2), Pavão (18,2), Peçanha (17,4), Fernandes Tourinho (16,8) e Divisópolis (16,6). A maior parte desses municípios está localizada nos territórios de desenvolvimento do Mucuri e do Vale do Rio Doce. No estado de Minas Gerais, esse percentual foi de menos de 1.</p> <p>Em meio aos municípios médios e grandes destacam-se as áreas rurais de Novo Cruzeiro (49,5%), Capelinha (39,6), Montes Claros (33,6), Mantena (22,6), Várzea da Palma (21,1), Porteirinha (19,3), Taiobeiras (19), Carai (16,8) e Pirapora (16,6%).</p>
<p><b>Prioridade 4:</b> Aumento na proporção de população atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF).</p>	<p>Oito municípios ainda tinham, em 2013, menos de 60% de sua população atendida pelo PSF, sendo cinco de pequeno porte: Santa Maria do Suaçui (22%), Sobralia (39,5%), Bertópolis (41,7%), Itueta (59,2%) e Peçanha (60%). Entre os municípios com mais de 20 mil habitantes, destacam-se as áreas rurais de Januária (48,3%), Governador Valadares (50%) e Araçuaí (59,9%). A maior parte desses municípios, sobretudo os pequenos, encontra-se no Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce. No estado de Minas Gerais, esse percentual foi de mais de 90.</p>

**Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico:**

O campo da saúde aborda a vulnerabilidade à pobreza sob a perspectiva da suscetibilidade às condições de saúde físicas, psicológicas ou sociais. Nestas diferentes abordagens sobre a saúde, o aspecto comum está relacionado à exposição a eventos incertos, além da capacidade de indivíduos de responder a eventuais mudanças.

Na produção bibliográfica e conceitual mais recente é mencionado que os gastos com saúde são significativos entre as famílias do Alto Jequitinhonha. Registram também a relevância do Programa Saúde da Família para essa região, reforçando a prioridade 4.

Outro foco dos textos que versam sobre a questão da saúde diz respeito à segurança alimentar, a partir dos quais alimentar-se bem, de forma saudável, pode contribuir para evitar o sobrepeso, doenças crônicas e infecciosas e outros problemas relacionados à saúde. Diante disso, cabe destacar a necessidade de políticas integradas para a saúde e a segurança nutricional.



**PROGRAMAS E AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À SAÚDE E À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

**Não foram identificados programas voltados especificamente para o eixo da saúde que estão listados como parte da estratégia de combate à pobreza rural. Existem apenas outros programas com algum impacto na área de saúde, mas que possuem maior aderência com os outros eixos estudados no projeto.**

**CONCLUSÕES**

**Conclusões:**



A sobreposição dos dados e referências bibliográficas no âmbito deste projeto e a identificação das ações e políticas públicas existentes revelou os seguintes aspectos:



- a) não foram identificadas políticas específicas que articulam a questão da saúde ao combate à pobreza rural, embora existam outras políticas que possuam maior aderência nos demais eixos estudados nesta pesquisa que possuam interfaces relevantes com a questão da saúde;
- b) os programas e ações elencados são voltados para populações vulneráveis e para ações de melhoria do saneamento ambiental/qualidade da água, sendo que este último tem a maior parte das ações do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) relacionadas para esse Eixo;
- c) o programa voltado para a população vulnerável (Oferta de Proteção Sócio-assistencial), enquadrado no eixo Saúde e Proteção Social, tem definição genérica e resultados pouco mensuráveis. Suas ações não se vinculam necessariamente ao eixo de Saúde e, portanto, não foram consideradas nesta síntese;
- d) a ação de “fortalecimento do Programa Leite pela Vida” é a única voltada para melhorias na saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade social e em estado de insegurança alimentar/nutricional. Esta é uma ação também vinculada ao Eixo de Segurança Alimentar;
- e) os programas voltados para o acesso à água e ao saneamento adequado apresentam, em sua maioria, público-alvo e abrangência de atuação descritas de forma genérica. A partir disso não se consegue saber o grau de calibragem entre o que foi verificado no diagnóstico e a ação governamental;
- f) do mesmo modo que em outros eixos, há a necessidade de construção de marcos lógicos e conceituais das políticas em curso, de modo a se obter descritores para avaliação, identificação numérica e espacial de públicos alvos, entre outras informações. As políticas apresentam públicos e abrangência difusos (“comunidades tradicionais, população Indígena e quilombola dos Territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Vale do Rio Doce”), objetivos genéricos (“contribuir com o combate à fome e à desnutrição”) e, portanto, não mensuráveis ou operacionalizáveis de maneira clara;
- g) há uma necessidade premente de expansão das políticas intersetoriais associadas à saúde, tendo em vista a complexidade das suas relações com uma diversidade de áreas aqui trabalhadas.

A proporção de óbitos infantis por doenças infectocontagiosas, redutíveis com saneamento básico adequado, requer a adoção de ações específicas que devem incluir, também, melhoria no nível de instrução de mulheres em idade reprodutiva, uma vez que são elas as principais responsáveis pela interação adequada das crianças com o ambiente à sua volta. Isso, por sua vez, terá influência sobre os cuidados pré-natais, um aspecto que ainda necessita de atenção no meio rural dos territórios de desenvolvimento focalizados neste estudo.

Políticas de saúde para áreas rurais requerem intersetorialidade. Por exemplo, é necessário um desenho de malha viária em condições razoáveis para garantir acesso da população tanto a serviços de atenção básica quanto àqueles de média e alta complexidade, localizados em cidades-polo dos respectivos territórios.

### 3.6 Assistência social e acesso a serviços (juventude)

 <b>EIXO ESTRATÉGICO: ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACESSO A SERVIÇOS</b> 	
<b>GRUPOS VULNERÁVEIS – JUVENTUDE</b>	
(Continua)	
<b>Objetivo:</b> Abordar e priorizar indicadores de vulnerabilidade, tendo como unidade de análise tanto o indivíduo quanto as famílias ou a comunidade.	
<b>Prioridades identificadas no diagnóstico</b>	<b>Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)</b>
O diagnóstico da Pobreza Multidimensional identificou que elementos relacionados a grupos vulneráveis, principalmente aqueles advindos de carências educacionais, de rendimentos e precariedade no trabalho, são aqueles mais frequentes em populações rurais, sobretudo entre a população jovem. A interface, aqui, é grande com as áreas de assistência social, educação, renda e trabalho, em um contexto no qual as políticas parecem se restringir à atuação da Secretaria de Estado da Educação. Com base na análise de dados secundários realizados pelo diagnóstico foram selecionadas cinco prioridades.	
<b>Prioridade 1:</b> Reduzir o percentual de crianças, com idades entre 4 e 5 anos, fora da escola	No Médio e Baixo Jequitinhonha, 30,30% das crianças de 4 e 5 anos, moradoras de municípios de pequeno porte, estavam fora da escola. Este percentual eleva-se para 31,46 no Norte, 34,21 no Vale do Rio Doce, 37,65 no Alto Jequitinhonha, e chega a 47,84 no Mucuri.
<b>Prioridade 2:</b> Reduzir o percentual de pessoas com idades entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham	No Alto do Jequitinhonha, 20,66% dos jovens moradores de municípios com populações inferiores a 20 mil habitantes não trabalham nem estudam, percentual correspondente a 25,41 no Médio e Baixo Jequitinhonha, 24,78 no Mucuri, 26,36 no Norte e 21,84 no Vale do Rio Doce.
<b>Prioridade 3:</b> Reduzir a proporção de grupos vulneráveis de mulheres com idades entre 15 e 17 anos, que têm ao menos um filho.	No Norte, em municípios de pequeno porte, 25,2% dos domicílios com crianças eram chefiados por mulheres com baixo nível de escolarização. O percentual correspondente é de 25,1 no Alto Jequitinhonha, 24,9 no Médio e Baixo Jequitinhonha, 24,6 no Mucuri e 24,3 no Vale do Rio Doce.
<b>Prioridade 4:</b> Reduzir a proporção de unidades familiares com filhos menores de 15 anos, chefiadas por mães que não completaram o ensino fundamental	No Alto Jequitinhonha, 19,5% de pessoas maiores de 18 anos, sem ensino fundamental completo, desempenhavam ocupações de trabalho informal. Essa concentração corresponde a 21,4% no Médio e Baixo Jequitinhonha, 20,3 no Mucuri, 20,0 no Norte e 19,2 no Vale do Rio Doce.

 <p><b>MINAS GERAIS</b> DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO</p>	<b>EIXO ESTRATÉGICO: ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACESSO A SERVIÇOS</b>	 <p>FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO GOVERNO DE MINAS GERAIS</p>
<b>GRUPOS VULNERÁVEIS – JUVENTUDE</b> <span style="float: right;">(Conclusão)</span>		
<p><b>Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico:</b></p> <p>A produção bibliográfica e conceitual mais recente identifica prioridades de ação, sobretudo no que diz respeito às populações jovens, relativas a trabalho, rendimento e educação. Assim, são bastante frequentes discussões acerca das razões pelas quais os jovens rurais vão à escola por menos tempo, como o trabalho na agricultura dificulta a educação dos jovens, como as situações de trabalho são piores em contextos rurais, se há, de fato, e enfim, uma desvalorização da vida e do trabalho no campo, por parte de uma população jovem. Outras questões também são relevantes aqui, como aquelas relativas à ausência de serviços (internet, lazer, esportes), dificuldade de formas de consumo, entre outras. São temas que, de alguma forma, se relacionam, direta ou indiretamente, ao acesso à educação, à renda e ao trabalho.</p> <p>Conforme a produção bibliográfica desta área temática, os jovens brasileiros tendem a abandonar a agricultura e o meio rural, com o intuito de buscar alternativas de trabalho e educação nas cidades. Assim, no que diz respeito aos jovens, o êxodo constitui temática muito frequente no âmbito das discussões acerca do campo.</p> <p>Também são enfatizadas as condições de trabalho, precárias no contexto do campo, e as incertezas de rentabilidade do trabalho rural, como componentes importantes para a tomada de decisão dos jovens para o êxodo. A inadequação do modelo de educação no campo, muitas vezes insuficiente e distante da realidade dos jovens camponeses, contribui para a elevação dos níveis de emigração dessa população.</p>		

<b>PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL</b> <span style="float: right;">(Continua)</span>	
<b>1 Ampliar a oferta de Educação Integral nas escolas estaduais</b>	
<p style="text-align: center;"><b>Objetivo</b></p> <p>Criar e estruturar o conceito de Educação Integral em Minas Gerais, a partir da perspectiva da Educação Integral e Integrada, considerando o estudante nas suas diferentes perspectivas, desejos e atuações. A partir desse conceito, é objetivo do Programa ampliar o quantitativo de estudantes atendidos com Ações de Educação Integral. Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da alimentação escolar para os estudantes da Rede Estadual de Ensino que participam das Ações de Educação Integral na Rede.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Público-alvo</b></p> <p>Estudantes da rede estadual de ensino.</p>
<p><b>Órgão responsável:</b> Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG)</p>	
<b>2 Escola Aberta</b>	
<p>Abrir a escola aos finais de semana para os estudantes e para a comunidade ao redor, desenvolvendo atividades culturais e educativas, buscando integrar a comunidade ao espaço escolar, numa atuação participativa, a partir do conceito de cidade educadora e territórios educativos.</p>	<p>Estudantes da rede estadual de ensino, familiares, agentes culturais e membros da comunidade ao redor da escola.</p>

PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL	
(Conclusão)	
<b>2 Escola Aberta</b>	
Órgão responsável: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG)	
<b>3 Formação de Profissionais da Educação</b>	
Qualificar os profissionais da educação por meio de cursos de educação básica, profissional, extensão, aperfeiçoamento, superior, mestrado e doutorado que contribuam para a melhoria da qualidade da educação.	Profissionais da educação da rede estadual de ensino.
Órgão responsável: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG)	
<b>4 Aquisição de ônibus para transporte escolar</b>	
Ampliar a frota de ônibus escolares no intuito de garantir a educação para os estudantes da Rede Pública Estadual e Municipal, principalmente naquelas comunidades onde o acesso à escola é mais complexo, como nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.	Estudantes da rede estadual e municipal de ensino.
Órgão responsável: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG)	
<b>5 Reforma e ampliação de unidades escolares</b>	
Garantir e ampliar o funcionamento adequado das unidades educacionais por meio da melhoria, da manutenção e da conservação da infraestrutura física, operacional, de segurança, de bem-estar social e de acessibilidade.	Estudantes da rede estadual de ensino.
Órgão responsável: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)	
<b>6 Estruturação de laboratórios escolares de informática</b>	
Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação nas escolas da rede estadual de ensino, a partir da estruturação de ambientes tecnológicos equipados com recursos digitais adequados ao desenvolvimento de práticas educativas.	Estudantes da rede estadual de ensino.
Órgão responsável: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG)	
<b>7 Promoção social de jovens no campo e periferias urbanas</b>	
Promover a inclusão social de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente da zona rural, para a participação cidadã.	Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social no campo.
Órgão responsável: Fundação Educacional Caio Martins (Fucam)	

## CONCLUSÕES

### Conclusões:



A sobreposição dos dados e bibliografias consideradas e a identificação de ações e políticas públicas mostrou a necessidade de políticas mais focalizadas não apenas territorialmente, mas também no que concerne ao seu público-alvo. Particularmente, foram observadas limitações no que diz respeito a:

- a) não foram identificadas ações voltadas especificamente para as questões relativas ao êxodo de jovens, particularmente aquelas afeitas à educação (a exemplo de uma política estadual de avaliação e apoio às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e às incertezas de rentabilidade do trabalho rural, à informalidade do trabalho, e aos modos de sucessão da terra;
- b) não foram identificadas ações voltadas para grupos vulneráveis de mulheres jovens que têm ao menos um filho;
- c) não foram identificadas ações voltadas para jovens que não estudam nem trabalham;
- d) há a necessidade de construção de marcos lógicos e conceituais das políticas em curso, de modo a se obter descritores para avaliação, identificação numérica e espacial de públicos alvos, entre outras informações. Do modo como desenhadas, as políticas apresentam públicos difusos (alunos da rede estadual), objetivos genéricos (promover inclusão social) e, portanto, não mensuráveis ou operacionalizáveis de maneira clara;
- e) se as informações recomendadas no item anterior existem, devem constar em Marcos Lógicos disponíveis aos gestores das políticas, não acessados pelo diagnóstico da pesquisa. Recomenda-se melhor acessibilidade dessas informações, ou sua construção, quando for o caso.

Necessidade de políticas intersetoriais, que não se esgotem no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

A interface é grande entre as áreas de assistência social, educação, renda e trabalho, em um contexto no qual as políticas parecem se restringir à atuação da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Assim, por exemplo, a concentração de unidades familiares chefiadas por mães com baixa escolaridade (Prioridade 4), agravante de outras situações de vulnerabilidade, como em saúde e renda, implicariam em ações que transcendessem a educação, com a associação de medidas em saúde e assistência social.

### 3.7 Assistência social e acesso a serviços (idosos)

 <b>EIXO ESTRATÉGICO: ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACESSO A SERVIÇOS</b> 	
<b>GRUPOS VULNERÁVEIS – IDOSOS</b>	
<b>Objetivo:</b> Abordar e priorizar indicadores de vulnerabilidade, tendo como unidade de análise tanto o indivíduo quanto as famílias ou a comunidade.	
Prioridades identificadas no diagnóstico	Abrangência geográfica (onde as prioridades mais se destacam no diagnóstico)
O diagnóstico Multidimensional da Pobreza identificou a tendência recorrente de tratamento homogêneo do grupo populacional de idosos, com dificuldade de implantar programas e ações que deem conta da diversidade desse segmento (raça, sexo, escolaridade, entre outros). Como é um segmento que cresce numericamente em todo o estado de Minas Gerais, faz-se necessário um olhar mais multifacetado para essa realidade bem como a construção de soluções pautadas na intersectorialidade e territorialidade.	
<b>Prioridade 1:</b> Fortalecimento da busca ativa em municípios rurais de pequeno porte, visando aumentar acesso aos serviços assistenciais para o público idoso	O número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada é superior em áreas fora do perímetro urbano de municípios médios e grandes, com populações acima de 20 mil habitantes (10 949 beneficiários), do que em municípios pequenos (7 712 beneficiários). O Território Norte concentra o maior número de beneficiários entre as áreas rurais dos municípios com populações maiores de 20 mil habitantes, ao passo que o Território do Vale do Rio Doce concentra o maior número de beneficiários entre os municípios pequenos.
<b>Prioridade 2:</b> Identificação de idosos morando sozinhos, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade	As mesorregiões Norte, Jequitinhonha, Mucuri, Vale do Rio Doce, regiões tipicamente carentes de infraestrutura no Estado, apresentam aglomerados de municípios com alta quantidade de idosos morando sozinhos em locais de alta vulnerabilidade. Alguns municípios na mesorregião do Vale do Jequitinhonha formam regiões de alta proporção de idosos morando sozinhos e com precariedade de serviços de saúde (alto índice de vulnerabilidade).
<b>Prioridade 3:</b> Criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Idosos	Tendo em vista o evidente processo de envelhecimento populacional nos territórios de desenvolvimento estudados, a criação e fortalecimento dos conselhos municipais dos idosos poderão abrir perspectivas para o fortalecimento de políticas públicas orientadas para essa população.
<b>Justificativas identificadas no levantamento conceitual e analítico:</b> A literatura científica destaca, como um dos grandes desafios no campo das políticas públicas, a ampliação do alcance das populações invisíveis, ou seja, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social. Os motivos dessa invisibilidade podem ser vários: ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios conflagrados, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos e desconhecimento de seus direitos, entre outros. Desse modo, uma das estratégias para levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público, seria a busca ativa. Tal metodologia visa também mapear as vulnerabilidades dos grupos populacionais. No caso dos idosos: identificação de idosos morando sozinhos, idosos com deficiência, idosos em situação de coabitação e outras vulnerabilidades. No	



que se refere aos conselhos, dentre as mais variadas realidades locais, o grande desafio colocado aos conselhos municipais é o seu funcionamento efetivo, é conseguir aglutinar pessoas em torno do controle social das políticas públicas, de forma que os cidadãos possam participar da vida política de sua localidade. Mas, para garantir essa participação da população é necessário empenho dos governos (municipais, estaduais e federais) na organização desses espaços. Para que os conselhos funcionem adequadamente são necessárias infraestrutura e autonomia da sociedade, sem tutela de gestores e partidos.

**PROGRAMAS E AÇÕES CONSTANTES NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG – 2016-2019 (EXERCÍCIO DE 2017), IDENTIFICADOS COMO RELACIONADOS À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL**

**1 Fortalecimento do SUAS em Minas Gerais**

<b>Objetivo</b>	<b>Público-alvo</b>
Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Minas Gerais e consolidar o papel do ente estadual na política de assistência social.	Ampla.

**Órgão responsável:** Fundo Estadual de Assistência Social

**2 Fortalecer o Piso mineiro de assistência social variável**

Ampliar os recursos de cofinanciamento estadual para a política de assistência social.	Ampla.
--	--------

**Órgão responsável:** Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)

**3 Reforço na frota de veículos**

Estruturar a rede socioassistencial por meio da doação de veículos a municípios mineiros.	Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles que vivem no campo, remanescentes de comunidades tradicionais (como quilombolas e indígenas) e comunidades populacionais específicas (como assentados, acampados e ribeirinhos).
---	---

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG)

**4 Qualificação das equipes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

Qualificação das equipes municipais para o trabalho, considerando as especificidades do campo e o enfrentamento da pobreza rural.	Equipes do SUAS.
---	------------------

**Órgão responsável:** Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG)

## CONCLUSÕES

### Conclusões:

A sobreposição dos dados do diagnóstico e da análise das bibliografias e das ações contidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) revela a escassez de ações que visam, prioritariamente, o público idoso. Nos programas considerados, bem como em suas ações, a tendência é tratar o idoso como um público homogêneo, não se atendo às particularidades regionais nem às variáveis sociodemográficas que caracterizam esse público. Desse modo, destacam-se algumas diretrizes que podem ser utilizadas para potencializar as ações existentes bem como subsidiar a elaboração de novas ações dentro de programas existentes:

- a) ao se pensar na implementação de ações ou potencialização de ações existentes em políticas públicas, em especial do Programa de Saúde da Família (PSF) / Sistema Único de Saúde (SUS), deve-se levar em conta a maior facilidade de acesso à rede de saúde e a necessidade de programas que visem especificamente a faixa etária dos idosos. Esses dois elementos podem ter um impacto positivo na qualidade de vida dos idosos e, em especial, dos que moram sozinhos. Outro ponto de destaque é que as ações devem ser priorizadas nas áreas de maior vulnerabilidade, e em especial, para os idosos que moram sozinhos e os que apresentam alguma deficiência;
- b) é necessário o reconhecimento das variáveis sociodemográficas, econômicas e das condições de saúde de idosos que co-residem com familiares, com o propósito de oferecer subsídios para o planejamento local de ações de saúde, considerando a importância de se inserir esse novo arranjo familiar como contexto de cuidados no Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na assistência social;
- c) as políticas públicas devem ser orientadas por um fundamental marco teórico do envelhecimento: a perspectiva *Life-Span*, que propõe a alteração da visão de que a pessoa idosa deve ser tratada como um ser passivo e doente, concebendo, por sua vez, o desenvolvimento como uma possibilidade durante todo o percurso de vida, como preconizado no Plano Mineiro de Atenção à Pessoa Idosa;
- d) fortalecer a Política Estadual do Idoso e reforçar a aplicabilidade do Estatuto do Idoso, principalmente por meio do fortalecimento dos Conselhos de Direito do Idoso;
- e) necessidade de compreender o processo de envelhecimento relacionado com os fatores sociais. Tal correlação remete à necessidade de políticas públicas e, em última instância, ações e projetos que considerem o processo de envelhecimento em todas as suas dimensões. Faz-se necessária uma abordagem multi e interdisciplinar no campo das políticas públicas e intersetorialidade e integralidade de suas ações;
- f) valorização dos profissionais da assistência social, destacando principalmente a necessidade de contratação de profissionais para essa política, sobretudo os que possuem formação em geriatria e gerontologia, assim como construções de novos centros de convivência e melhorias das instalações dos locais que abrigam os grupos de convivência e instalação de construção de locais específicos para esse fim.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico multidimensional da pobreza trouxe informações detalhadas sobre os aspectos essenciais que devem ser abordados pelas políticas públicas nos campos do trabalho e renda, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional e habitação nos territórios de desenvolvimento Norte, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce. As variáveis utilizadas traçam um panorama extremamente desafiador, que exige políticas intersetoriais capazes de reunir esforços dos diversos níveis de governo e, também, dos vários setores e segmentos da sociedade. O rompimento da situação de inércia da pobreza de parte expressiva da população rural dos territórios de desenvolvimento avaliados exigirá uma profunda mobilização de recursos financeiros e humanos, além de iniciativas de médio e longo prazos.

O presente estudo identificou que as políticas propostas pelo Governo de Minas Gerais deverão trazer repercussões positivas para os principais indicadores utilizados no Diagnóstico, tendo em vista a evidente conexão das demandas da sociedade com parte das políticas propostas. No entanto, há ausência de inovação tanto no desenho das políticas quanto na busca por formas de financiamento das propostas. Ao reproduzir políticas e ações tradicionais, o Governo do Estado perde uma grande oportunidade de ganhar destaque pela disseminação de soluções inovadoras e mais apropriadas à realidade dos problemas.

Por exemplo, o investimento em energias renováveis, sobretudo em energia solar, abundante na área analisada e apropriada para a instalação em áreas rurais isoladas, associada à opção de reforçar a ampliação da rede tradicional de distribuição de energia, atualmente muito dependente da complementação das termoelétricas, trarão, como resultado, soluções mais limpas, inteligentes e economicamente sustentáveis, sobretudo para as famílias mais carentes. Mas, ao invés de ampliar sua participação nas discussões sobre energia limpa e mitigação às mudanças climáticas nos planos nacional e global, a proposta atual apresenta um modelo que concentra demasiadamente recursos numa solução já tradicionalmente conhecida. A literatura científica consultada aponta ser injustificável não existir, nos territórios de desenvolvimento abordados nesta pesquisa, uma política energética que não valorize a ampliação da geração de energia solar.

As políticas estão demasiadamente concentradas na atuação do Estado, não apresentando, de maneira clara, caminhos alternativos para o financiamento e para a participação de outros segmentos da sociedade no combate à pobreza. Recursos privados ou financiamentos de bancos de desenvolvimento podem trazer oportunidades de trabalho e renda, diversificação econômica ou expansão de infraestrutura para as áreas de interesse

desta pesquisa. A própria participação da sociedade em geral no combate à pobreza, por meio da multiplicação de iniciativas de empreendedorismo social, poderia ser estimulada.

Ademais, percebe-se um evidente desequilíbrio na distribuição dos recursos para o financiamento das ações. Existe uma concentração de recursos atrelados à política de expansão do número de domicílios do campo com energia elétrica (R\$ 800 milhões), ao passo que outras políticas possuem recursos mais modestos. Além disso, existem diversas políticas relevantes não contempladas no plano de enfrentamento à pobreza rural. Destacam-se políticas de natureza complementar e extremamente significativas para o sucesso das atuais políticas, a exemplo do treinamento de equipes e da manutenção de laboratórios de informática nas escolas, e, também, políticas novas e muito necessárias, como a ampliação do atendimento escolar infantil (quatro a cinco anos) no campo e a avaliação, apoio e fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

Ao final, a divulgação das políticas não demonstra indício de participação integrada envolvendo múltiplas secretarias da gestão estadual, não fornecendo subsídios para que os pesquisadores deste projeto e, também, a população como um todo, identifiquem aspectos relacionados à necessidade de intersetorialidade das intervenções propostas de combate à pobreza. Cabe aos formuladores de políticas públicas, por meio das demandas levantadas pelos gestores, estruturar e divulgar marcos lógicos que apresentem os objetivos e metas com clareza, prevendo, inclusive, instrumentos de avaliação eficazes.

Em razão da natureza transdisciplinar ou multissetorial que as ações de combate à pobreza rural devem ter, elas exigirão, sobretudo, governança, a fim de que não corram o risco de serem ações isoladas ou não complementares, que configurariam investir em mais do mesmo e, assim, perder a oportunidade de, de fato, melhorar o panorama e a perspectiva da população rural que vive em situação de pobreza.

## REFERÊNCIAS

BRONZO, C. Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza. In: CONGRESSO DO CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO , 12., 2007, Santo Domingo . **Anais ...** Santo Domingo: CLAD, 2007.

BRONZO, C.; COSTA, B. L. D. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, C. A. P. (Org.) **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2012. p. 50-81.

CASSIOLATO, M. GUERESI, S. **Como elaborar um modelo lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: IPEA, 2010. (Nota Técnica).

COSTA, Guilherme Ottoni Teixeira. **Vulnerabilidade à pobreza dos municípios brasileiros entre 2000 e 2010: uma abordagem multidimensional**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br/teses-e-dissertacoes/economia/dissertacoes/category/79-2015%3Fdownload%3D308:vulnerabilidade-a-pobreza-dos-municipios-brasileiros-entre-2000-e-2010-uma-abordagem-multidimensional-guilherme-ottoni-teixeira-costa+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.cedeplar.ufmg.br/teses-e-dissertacoes/economia/dissertacoes/category/79-2015%3Fdownload%3D308:vulnerabilidade-a-pobreza-dos-municipios-brasileiros-entre-2000-e-2010-uma-abordagem-multidimensional-guilherme-ottoni-teixeira-costa+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em 14 agosto 2017.

CUSTÓDIO, A. V. ; SILVA, C. R. C. A intersectorialidade nas políticas públicas. In: Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea 11, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais ...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015

FEUERWERKER, L.; COSTA H. Intersetorialidade na Rede Unida. **Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 25-35, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico multidimensional da pobreza rural**. Belo Horizonte, maio 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Levantamento conceitual e analítico da pobreza rural em suas múltiplas dimensões**. Belo Horizonte, agosto 2017.

HULME, David; SHEPHERD, Andrew. Conceptualizing chronic poverty. **World Development**, Amsterdam, v, 31, Issue 3, p. 403-423, 2003.

INOJOSA, R.M. Sinergias em políticas e serviços públicos. Desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, v. 22, p. 102-110, 2001.

JUNQUEIRA, R.G.P. A intersectorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32 , n. 2, p. 79-91, 1998.

JUNQUEIRA, Luciana A. Prates. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25- 36, jan./abr. 2004.

OSUNA, J. L.; MARQUEZ, C. (Ed.) **Guia para la evaluación de políticas públicas**. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional. Comisión de Evaluación del Desarrollo Social, [2000].

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar./abr. 2009.